

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 114/2024  
Data: 22/10/2024



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
ANTT FARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REVISAR PISO MÍNIMO DO TRANSPORTE .....	4
TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS PARALISAM ATIVIDADES NOS PORTOS PÚBLICOS DE TODO O BRASIL.....	4
MSC COMPRA EMPRESA BRASILEIRA WILSON SONS POR MAIS DE R\$ 4 BILHÕES .....	5
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>6</b>
PIRIPIRI: ALTO TEOR DE FERRO FAZ MINÉRIO DO PI GANHAR MERCADO MUNDIAL .....	6
ETANOL: INPASA LANÇA PEDRA FUNDAMENTAL DE BIORREFINARIA DE R\$ 1,3 BI NA BAHIA .....	8
DESLIGAMENTO DE SUBESTAÇÃO NA MIRUEIRA PROVOCOU APAGÃO NO GRANDE RECIFE.....	9
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>10</b>
CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E PARA OUTORGAS SÃO ABERTAS .....	10
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>11</b>
AQUISIÇÕES DE R\$ 20 BILHÕES CONFIRMAM NOVA FASE DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR NAVAL E PORTUÁRIO NO BRASIL, DIZ MINISTRO SÍLVIO COSTA FILHO .....	11
SÍLVIO COSTA FILHO APRESENTA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PARA INVESTIDORES EM MISSÃO NA EUROPA.....	12
RETOMADA DAS OPERAÇÕES NO AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO REFORÇA MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE FAUNA.....	13
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>14</b>
SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE DO MT PROMOVE DEBATE SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL.....	14
RENAN FILHO LIDERA COMITIVA MINISTERIAL EM CAPITAIS EUROPEIAS PARA APRESENTAR PROJETOS DE CONCESSÃO A INVESTIDORES .....	14
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>16</b>
ECOVIAS PROGRAMA OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA O SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES.....	16
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>17</b>
EDITORIAL – INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM INFRAESTRUTURA.....	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	18
<i>Cláusula de paz 1</i> .....	18
<i>Cláusula de paz 2</i> .....	18
<i>ANTT+MPF 1</i> .....	18
<i>ANTT+MPF 2</i> .....	19
<i>ANTT+MPF 3</i> .....	19
NACIONAL - BRASIL REFORÇA COMPROMISSO COM A INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL EM MISSÃO NA EUROPA.....	19
NACIONAL - COMITIVA DO MPOR BUSCA PARCERIAS NO SETOR DE PORTOS E AVIAÇÃO .....	20
NACIONAL - AQUISIÇÃO DA WILSON SONS PELA MSC MOVIMENTA SETOR DE PORTOS E LOGÍSTICA.....	20
REGIÃO SUL - AEROPORTO SALGADO FILHO VOLTA A RECEBER VOOS COMERCIAIS .....	22
NACIONAL - CONGRESSO DA ABDPM PROMETE FOCAR NO NOVO MARCO REGULATÓRIO .....	23
COMÉRCIO EXTERIOR - MARROCOS CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTO PARA IMPORTAÇÃO DE CARNES BRASILEIRAS .....	24
NACIONAL - PORTUÁRIOS ANUNCIAM PARALISAÇÃO DE 12 HORAS NESTA TERÇA-FEIRA .....	25
NACIONAL - AUDITORES-FISCAIS PROGRAMAM PARALISAÇÃO POR 24 HORAS EM TODO O PAÍS .....	26
REGIÃO SUDESTE - RECEITA REALIZA MAIOR APREENSÃO DE COCAÍNA DO ANO NO PORTO DE SANTOS.....	26
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>27</b>
LEILÃO DE SUPERTERMINAL EM SANTOS “VAI ACONTECER” EM 2025, DIZ SÍLVIO COSTA FILHO À CNN .....	27
MSC FAZ ACORDO PARA COMPRA DO CONTROLE DA WILSON SONS POR R\$ 4,35 BILHÕES .....	28
PORTO DE SANTOS BATE NOVO REGISTRO NA ENTREGA DE CONTÊINERES .....	28
MOVIMENTAÇÃO DOS PORTOS PARANAENSES CRESCE 8,6% DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2024 .....	29
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>30</b>
GOVERNO ARRECADA R\$ 203 BILHÕES EM SETEMBRO, RECORDE PARA O MÊS EM TODA A SÉRIE HISTÓRICA .....	30
'ESTAMOS COMPROMETIDOS EM ATINGIR META DE INFLAÇÃO', DIZ CAMPOS NETO .....	31
BRASIL PEDIRÁ 'COERÊNCIA' A PAÍSES DO G20 PARA EVITAR BARREIRAS E DISCRIMINAÇÃO AO COMÉRCIO MUNDIAL.....	32
REFORMA TRIBUTÁRIA: SENADO DEVE OUVIR GOVERNADORES E PREFEITOS ANTES DE VOTAR REGULAMENTAÇÃO.....	33
'VAMOS COBRAR CADA CENTAVO DA ENEL', DIZ SILVEIRA, QUE PRESSIONA ANEEL A ANALISAR INTERVENÇÃO.....	33



<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>35</b>
PROGRAMA DE R\$ 58 MILHÕES PARA CULTURA BENEFICIA ONGs LIGADAS A ASSESSORES DE MINISTÉRIO E PETISTAS .....	35
CSN ENTRA COM AÇÃO CONTRA DONA DA USIMINAS E CONSEGUE HIPOTECAR FÁBRICA DA CONFAB EM PINDAMONHANGABA	39
‘ALGUNS PAÍSES USAM O MEIO AMBIENTE PARA CRIAR BARREIRAS COMERCIAIS’, DIZ CEO DA EMBRAER.....	42
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>44</b>
REVISÃO ESTRATÉGICA DA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE APOIO OFFSHORE ESTÁ MANTIDA, DIZ CEO DA WILSON SONS.	44
MSC FECHA ACORDO PARA COMPRAR WILSON SONS .....	45
MSC ACERTA COMPRA DA WILSON SONS .....	47
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>47</b>
ARTIGO - DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO DESCOMISSIONAMENTO, DESMANTELAMENTO E RECICLAGEM SUSTENTÁVEIS ....	47
FERROPORT ESTÁ PERTO DE ALCANÇAR 25 MILHÕES DE TONELADAS EMBARCADAS EM 2024 .....	50
SUPERBRAÇO VENCE LICITAÇÃO EM SANTOS PARA COMPRA DA CÁBREA PARÁ.....	51
PORTUÁRIOS BRASILEIROS ENTRAM EM GREVE DE 12 HORAS CONTRA MUDANÇAS NA LEI DOS PORTOS.....	52
ANP APROVA ESTUDOS DE TRÊS NOVOS BLOCOS EXPLORATÓRIOS NO PRÉ-SAL.....	52
T-MULT REALIZA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM 'BIG BAGS' .....	53
ARTIGO - UM PORTO RESILIENTE.....	53
ENSEADA RETOMA CONSTRUÇÃO COM 80 BARCAÇAS MINERALEIRAS .....	55
MSC ENCAMINHA COMPRA DO CONTROLE ACIONÁRIO DA WILSON SONS.....	55
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>56</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	56





### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## ANTT FARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REVISAR PISO MÍNIMO DO TRANSPORTE

Encontro será realizado no dia 7 de novembro, na sede da Agência, em Brasília  
*Por ATribuna.com.br*



*Encontro será realizado no dia 7 de novembro, na sede da Agência, em Brasília (Divulgação Governo Federal)*

Com o objetivo de aprofundar estudos dos custos operacionais e adequações metodológicas, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fará audiência pública em 7 de novembro para revisar a resolução que define as regras e coeficientes do piso mínimo para o transporte rodoviário de cargas no País.

Marcado para a sede da ANTT em Brasília, o encontro será realizado das 14h às 18h, com transmissão no canal da ANTT no YouTube. O período de contribuições terá início amanhã e irá até 22 de novembro.

A Resolução 5.867/2020 estabelece os critérios para a determinação do piso mínimo de frete com base no quilômetro rodado, considerando o número de eixos carregados dos veículos.

Desde a publicação da resolução, a ANTT tem revisado os valores. Dois problemas serão debatidos. Um é a consideração exclusiva do óleo diesel S10 como referência para calcular os custos, pois há caminhoneiros que utilizam o diesel S500. O outro está relacionado à fiscalização do piso mínimo quando a empresa emite o documento sem o valor do serviço.

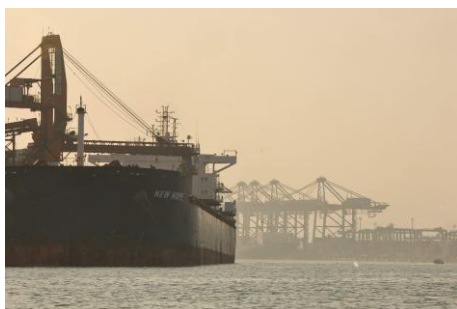
*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 22/10/2024*

## TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS PARALISAM ATIVIDADES NOS PORTOS PÚBLICOS DE TODO O BRASIL

Eles temem o fim da exclusividade na requisição dos avulsos e perdas de postos de trabalho

*Por Bárbara Farias*



*Justiça do Trabalho determina a manutenção de 50% de mão de obra avulsa em serviço no Porto de Santos por liminar (Vanessa Rodrigues/AT)*

Trabalhadores portuários avulsos paralisam, nesta terça-feira (22), as atividades por 12 horas em todos os portos públicos do Brasil. O movimento terá início às 7 horas e ocorre em protesto ao anteprojeto de revisão da Lei dos Portos (12.815/2013), que será apresentado quarta-feira (23) pela Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações

Portuárias (Ceportos), em Brasília. Para o Porto de Santos, liminar concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) determina a manutenção de 50% de mão de obra avulsa em serviço.



Os portuários temem o fim da exclusividade na requisição dos avulsos e perdas de postos de trabalho. O ato é liderado por três federações nacionais - FNE, FNP e Fenccovib – e conta com a adesão de seis dos oito sindicatos de portuários avulsos de Santos.

O anteprojeto da Ceportos será encaminhado ao presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL). Se o texto passar no Congresso e for sancionado, a atual Lei dos Portos será revogada. O objetivo das entidades sindicais é pressionar a Ceportos a manter a exclusividade na contratação de mão de obra avulsa pelos operadores portuários. Já o setor patronal requer a prioridade.

Segundo o presidente da FNP, Sérgio Magalhães Giannetto, o novo texto possibilita terceirizar qualquer atividade e abre caminho para oferta de salário mais baixo. “Uma empresa do Rio de Janeiro, por exemplo, ofereceu R\$ 2 mil por mês à capatazia para operar ferro gusa. Qual trabalhador abrirá mão de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil por R\$ 2 mil?”.

De acordo com o sindicalista, as lideranças irão à Câmara dos Deputados, em Brasília, na quarta-feira, onde a Ceportos apresentará a proposta do novo marco legal dos portos, e na quinta-feira haverá plenária para avaliar o movimento. Se for aprovada, a paralisação será de 24 horas.

A Tribuna procurou o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar, que preside a Ceportos, mas ele preferiu não se manifestar.

### **Em Santos**

Sindicatos de trabalhadores portuários avulsos de Santos aceitaram a cláusula de paz proposta pelo TRT-2, em audiência realizada sexta-feira, mas ainda não decidiram se cumprirão a liminar mantendo 50% da mão de obra avulsa operando no cais. Segundo o TRT-2, o Sindicato dos Operadores Portuários de São Paulo (Sopesp), que ajuizou o dissídio coletivo de greve, rejeitou o acordo.

A entidade patronal solicitava a declaração de abusividade do movimento, 100% do contingente de portuários, multa diária de R\$ 200 mil e expedição de ofícios a fim de garantir o reforço policial para manutenção das operações portuárias na integralidade.

Contudo, no domingo, o vice-presidente judicial do TRT-2, desembargador Francisco Ferreira Jorge Neto, deferiu liminar determinando que 50% dos trabalhadores requisitados via Órgão de Gestão de Mão de Obra do Porto de Santos (Ogmo) mantenham os serviços, sob pena de multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

Segundo o Tribunal, três sindicatos aceitaram a cláusula de paz: Sintraport, Sindestiva e Sindogeesp. O presidente do Sintraport, Miro Machado, afirmou que a Justiça do Trabalho entendeu que a “greve não é política, mas de interesse trabalhista”.

O sindicalista disse também que as lideranças sindicais se reuniram segunda-feira, em Brasília, para debater se atenderão à requisição de metade dos avulsos. Não havia definição até o fechamento desta edição.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 22/10/2024**

## **MSC COMPRA EMPRESA BRASILEIRA WILSON SONS POR MAIS DE R\$ 4 BILHÕES**

Negócio é por 56,47% do capital da companhia

**Por: A Tribuna Digital - SP**

A Wilson Sons, uma das maiores empresas de logística do Brasil, tem um novo controlador. A empresa foi vendida para a Shipping Agencies Services (SAS), uma subsidiária do grupo MSC, com sede na Suíça. Pelo acordo, a SAS pagará R\$ 4,352 bilhões pelo equivalente a 56,47% do capital da companhia brasileira.



**Estaleiro da Wilson Sons em Guarujá; empresa teve 56% do capital adquirido pela MSC (Divulgação/Wilson Sons)**

O negócio ainda será submetido à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A expectativa é que a operação seja concluída durante o segundo semestre de 2025.

A Wilson Sons detém, conforme informações de sua página na internet, terminais de contêineres na Bahia e no Rio Grande do Sul; 80 rebocadores - que, segundo a empresa, compõem a "maior e mais potente frota do País"; 23 embarcações de apoio offshore com bandeira brasileira; duas bases de apoio offshore na Baía de Guanabara (RJ); um centro logístico alfandegado em Santo André (SP); dois estaleiros no Guarujá (SP); além de serviços de logística internacional para mais de 70 países e uma das maiores agências marítimas independentes do Brasil.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa destaca que o preço de aquisição do acordo fechado com a SAS equivale a um preço por ação R\$ 17,50, ligeiramente abaixo da cotação do papel no fechamento do pregão da última sexta-feira, 18, de R\$ 17,85.

Segundo a empresa, o negócio permite que a Wilson Sons pague aos seus acionistas os dividendos aprovados pelo conselho de administração em 11 de outubro; e continue pagando dividendos em reais equivalentes a até US\$ 22 milhões por trimestre durante o período anterior ao fechamento da operação, sujeito em qualquer caso à Wilson Sons gerar lucros suficientes no respectivo trimestre. Caso a Wilson Sons pague dividendos que excedam o valor permitido, haverá uma redução proporcional do preço de compra devido ao vendedor.

Uma vez concluído, o negócio resultará na venda das ações de controle e o comprador realizará uma oferta pública de aquisição das ações de emissão da companhia remanescentes, pelo mesmo preço e nas mesmas condições oferecidas ao Vendedor.

Conforme o fato relevante, o vendedor foi assessorado pelo BTG Pactual (assessor financeiro), Slaughter and May (assessor jurídico de lei inglesa), Pinheiro Guimarães Advogados (assessor jurídico de lei brasileira) e Peel Hunt (assessor financeiro e intermediário do Reino Unido).

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

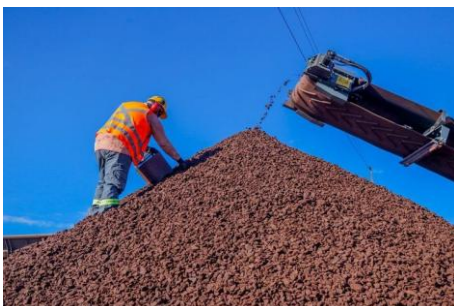
**Data: 21/10/2024**



## ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

### PIRIPIRI: ALTO TEOR DE FERRO FAZ MINÉRIO DO PI GANHAR MERCADO MUNDIAL

Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)



**Minério de ferro de Piripiri é extraído sem necessidade de água, podendo ir para siderúrgica depois de passar pelo britador. Foto: Lion Mining/Divulgação**

Com extração de 1,5 milhão de toneladas de ferro por ano, o município de Piripiri no Piauí começa a exportar para abastecer mercados internacionais devido ao alto teor de ferro encontrado no minério e suas propriedades metalúrgicas superiores. Gerenciada pela empresa piauiense Lion Mining desde 2022, a extração tem como principais compradores no exterior a Ásia e a América do Norte, em especial a China, sendo usado em sua maioria para a produção de aço em siderúrgicas.

A expectativa é que a mineradora consiga explorar a jazida por mais de 20 anos, e tendo a capacidade de extrair mais de 5 mil toneladas de ferro por dia quando estiver trabalhando a sua carga máxima, segundo o governador Rafael Fonteles.

Atualmente, o produto piauiense tem sido comprado por diversos países da Ásia e América do Norte. Entre os compradores a China se destaca: apenas em 2024 já foi exportada mais de um milhão de toneladas do minério.

Uma das vantagens do minério encontrado na região de Piripiri, aumentando sua competitividade e que chamou a atenção do mercado exterior é o seu alto teor de ferro, assim não precisando da água, estando no ponto de ir para a siderúrgica depois de passar no britador.

“O município foi agraciado com jazidas com um teor de ferro acima de 60%, o que é bastante elevado. Isso totalmente natural, sem nenhum tipo de concentração. Além disso, as propriedades metalúrgicas desse material são muito boas. Então, é um produto muito bem aceito aqui e no mercado internacional”, explicou o diretor-geral da Lion Mining, Jader Fernandes.



**A atividade de mineração é a que mais gera renda por hectare e o Piauí tem um grande potencial nesse setor, acredita a empresa mineradora.**  
*Foto: Lion Mining/Divulgação*

### **Primeira operação de transshipment de minério de ferro**

Devido ao aumento de produção e exportação férrea no estado, o Governo do Estado em parceria com a Lion Mining e a empresa asiática Rocktree Logistics planejam realizar ainda em 2024 a primeira operação teste de transshipment de minério de ferro no novo Porto Piauí, na cidade de Luís Correia.

A operação de transshipment consiste em transferir a mercadoria de um barco menor para um navio maior, em alto-mar, trazendo agilidade, segurança e praticidade na logística de abastecimento de carga.

“Ainda temos muitas cargas sendo escoadas por meio de portos vizinhos, o que gera mais custos aos produtores. Sendo assim, fica mais difícil empreender, crescer e contratar funcionários. O transshipment é algo que desejamos muito, pois viabilizaria mais operações, mercados, fretes mais baratos e uma maior margem de lucro.” destacou Jader.

“Esse ativo que nós temos aqui no estado já está sendo negociado na China, mas nós também queremos desenvolver o mercado interno aqui, com a utilização do porto, que vai gerar mais ICMS para o estado, gera PIS e Confins, por isso queremos fazer esse mercado interno desenvolver e já estamos fazendo”, complementou o empresário.

Além do transshipment, o governo pretende reabilitar a ferrovia para o Porto Luís Corrêa, para facilitar o transporte da carga até o estuário. “Nós queremos que essa carga saia não pelos portos dos estados vizinhos, mas pelo Porto de Luís Correia, utilizando a ferrovia que vai ser um investimento relativamente barato por que ela já funcionou até 1995”, comentou o gestor piauiense.

Além da mineradora já existente, a Lion estuda a abertura de novas unidades, visando a expansão e aumento da produção. “Já estamos abrindo uma segunda mina. Cada dia encontramos novas e as estudamos. A atividade de mineração é a que mais gera renda por hectare e o Piauí tem um grande potencial nesse setor. O minério de ferro é uma das commodities mais consumidas no mundo, então, temos explorado cada vez mais esse mercado e contaremos com a chegada do Porto Piauí para alavancar esse crescimento”, comentou o diretor da Lion.





*Com distribuição através de ferrovia e porto, transporte ficará mais barato e minério de ferro de Piripiri ficará ainda mais competitivo no mercado mundial. Foto: Lion Mining/Divulgação*

### Empregos e tecnologia

Além do impacto para a economia exportadora do estado, a mineradora também provoca repercussões sociais. Atualmente, a empresa gera aproximadamente 200 empregos dentre diretos e indiretos, sendo 80% deles na região de Piripiri e comunidades vizinhas.

“Aumentando a nossa capacidade produtiva e de escoamento via Porto de Luís Correia, podendo chegar gradativamente em até mesmo 4 milhões de toneladas produzidas por ano, surgiria a necessidade de contratar mais pessoas, podendo chegar a mais de 1.000 profissionais aqui”, frisou Jader.

A Lion Mining, fundada em 2022, é uma empresa mineradora piauiense que extrai e processa o minério de ferro. Com laboratório interno e processo de separação magnética para garantir qualidade do produto de acordo com a necessidade granulométrica, a empresa produz sob demanda. Dentre os materiais disponíveis, a Lion tem o ferro nos modelos de sinter feed (0 a 6mm, 3 a 6.3mm e 0 a 3mm), hematitinha (6.3 a 19mm) e lump ore (6.3 a 32mm e 19 a 32mm).

\*Com informações do Governo do Piauí

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 22/10/2024

## ETANOL: INPASA LANÇA PEDRA FUNDAMENTAL DE BIORREFINARIA DE R\$ 1,3 BI NA BAHIA

Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)



*Empreendimento, que deve entrar em operação em 2026, foi lançado em cerimônia com representantes da empresa e do Governo do Estado. Foto: Thuane Maria/Governo da Bahia*

O município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano, ganhará uma biorrefinaria de etanol da Inpasa no primeiro trimestre de 2026. A pedra fundamental da nova planta foi lançada na manhã desta segunda-feira (21) em solenidade com a presença de executivos da empresa paraguaia e do governador do estado, Jerônimo Rodrigues. A expectativa é de que, com a nova operação, a Bahia, que hoje importa de Goiás 70% de todo o etanol que consome, se torne autossuficiente nesse combustível.

A unidade receberá um investimento de R\$ 1,3 bilhão para uma capacidade de processamento anual de um milhão de toneladas de grãos. A produção contempla 460 milhões litros/ano de etanol, 230 mil toneladas/ano de DDGS (Distiller's Dried Grains with Solubles), 23 mil toneladas/ano de óleo vegetal e 200 Gwh ao ano de energia elétrica.

### Empreendimento vai impulsionar desenvolvimento do oeste baiano

A biorrefinaria será instalada na altura do quilômetro 900 da BR-242, em Luís Eduardo Magalhães. No local, será processado milho, já plantado na região, para produzir etanol anidro (misturado à gasolina), hidratado (utilizado diretamente nos postos de combustíveis) e neutro (destinado à indústria farmacêutica e cosmética), proteína de valor agregado para ração animal e óleo de milho.

Devem ser gerados cerca de 2,5 mil postos de trabalho durante a obra e mais de 450 empregos diretos com o início das operações. A promessa do Governo do Estado é de trabalhar junto ao Governo Federal para que as rotas até o empreendimento sejam duplicadas, facilitando o escoamento da produção e aliviando gargalos existentes para as atividades econômicas na região.



“Fico muito feliz em poder anunciar para o mundo que nós temos uma indústria com a capacidade da Inpasa no nosso estado. Vamos sair da condição de importador para exportador de combustível renovável, com matérias-primas também sendo produzidas em outros municípios, como São Desidério e Formosa do Rio Preto. Está no projeto também duplicar a rodovia do entorno junto ao Ministério dos Transportes para garantir um conforto para os veículos de carga trafegarem com segurança”, afirmou o governador Jerônimo Rodrigues.



**Biorrefinaria da Inpasa deve gerar mais de 2,5 mil postos de trabalho durante implantação. Foto: Thuane Maria/Governo da Bahia**

### **BA deixará de importar 700 milhões de litros de etanol e será autossuficiente**

Segundo o Governo da Bahia, a chegada da nova planta da Inpasa, que a maior produtora da América Latina de combustível limpo e renovável à base de grãos, é resultado de um trabalho de atração de investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e da Empresa Baiana de Ativos S.A

(BahiaInveste).

A Bahia deixará de importar cerca de 700 milhões de litros de etanol quando a biorrefinaria estiver em funcionamento. Para viabilizar o empreendimento serão envolvidos cerca de 200 fornecedores diretos e mais de dez mil cargas transportadas. Outra medida adotada será a capacitação de mão-de-obra para garantir a empregabilidade dos próprios baianos no processo de implantação e na operação do novo empreendimento.

O vice-presidente da Inpasa no Brasil, Rafael Ranzolin, disse que Luís Eduardo Magalhães atraiu os olhares da empresa pelo potencial existente na região. “A Inpasa sempre olhou para o Brasil como um todo, e Luís Eduardo Magalhães chamou muita a nossa atenção porque é uma cidade verticalizada e com potencial industrial instalado. Nos deparamos com todo esse desenvolvimento e trabalho sendo realizado, que foi outro importante atrativo. Aqui também vamos gerar energia elétrica, tanto para consumo interno, quanto para a exportação”, explicou.

\*Com informações do Governo da Bahia

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 22/10/2024

## **DESLIGAMENTO DE SUBESTAÇÃO NA MIRUEIRA PROVOCOU APAGÃO NO GRANDE RECIFE**

Por Patricia Raposo - [patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br](mailto:patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br)



**Subestação da Mirueira/foto: Eletrobras**

Um desligamento envolvendo a subestação Mirueira, na Região Metropolitana de Recife foi a causa do apagão que afetou diversos bairros no Grande Recife, na manhã desta segunda-feira (21), segundo a Eletrobras/Chesf. O episódio ocorreu às 11h17min. Segundo informações extraoficiais, teria havido uma explosão.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) informou que foi acionado às 11h17 para uma explosão na subestação Mirueira, em Paulista, e enviou viaturas ao local. Mas a Eletrobras informou que três profissionais que trabalhavam no local, executando atividades de manutenção preventiva, foram feridos e estão sob atendimento médico. “A Eletrobras está dando apoio integral aos profissionais”, disse em nota.

O restabelecimento das cargas encontra-se em andamento e a causa do desligamento está sob investigação.

Mais cedo, a Neoenergia Pernambuco se posicionou em nota: “A interrupção no fornecimento de energia elétrica em parte do Grande Recife, nesta segunda-feira, não tem relação com a rede de distribuição da empresa. Maiores informações sobre a ocorrência devem ser solicitadas à Chesf. A Neoenergia aguarda a liberação do sistema para normalizar o serviço”.

Bairros como Recife, Antigo, Campo Grande, Graças, Espinheiro, Rosarinho, Santo Amaro e Várzea, assim como Rio Doce, Casa Caiada e Jardim Atlântico, em Olinda, foram atingidos.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 21/10/2024**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E PARA OUTORGAS SÃO ABERTAS

Os prazos dessas participações sociais se iniciam nesta segunda-feira (21) e se estendem até o dia 4 de dezembro de 2024



Brasília 21/10/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) abriu, nesta segunda-feira (21), duas consultas públicas a fim de colher contribuições sobre critérios e procedimentos para o fornecimento de serviços e para outorgas.

A Audiência Pública nº 14/2024 visa obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta normativa que estabelece critérios e procedimentos para a outorga e para a manutenção da autorização à pessoa jurídica, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no País, que tenha por objeto operar nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem ou longo curso e disciplinar o cadastro de Empresa Brasileira de Investimento na Navegação.

Por sua vez a Audiência Pública nº 15/2024 tem por objetivo obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de Instrução Normativa, que estabelece os procedimentos gerais e critérios referenciais a serem observados pelas unidades técnicas da ANTAQ na qualificação de condutas e práticas no fornecimento de serviços em instalações portuárias.

#### **Audiência Pública nº 14/2024**

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à audiência pública estão disponíveis neste link. O período de contribuições para a Audiência Pública nº 14/2024 se estende até às 23h59 do dia 4 de dezembro de 2024.

As contribuições devem ser feitas exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: [anexo\\_audiencia142024@antag.gov.br](mailto:anexo_audiencia142024@antag.gov.br) mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

### **Audiência Pública nº 15/2024**

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à audiência pública estão disponíveis neste link. O período de contribuições para a Audiência Pública nº 15/2024 se estende até às 23h59 do dia 4 de dezembro de 2024.

As contribuições devem ser feitas exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: [anexo\\_audiencia152024@antaq.gov.br](mailto:anexo_audiencia152024@antaq.gov.br) mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretária-geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários*

*Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

*Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517*

*E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)*

*Data: 21/10/2024*

## **GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF**

### **AQUISIÇÕES DE R\$ 20 BILHÕES CONFIRMAM NOVA FASE DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR NAVAL E PORTUÁRIO NO BRASIL, DIZ MINISTRO SÍLVIO COSTA FILHO**

Nas últimas semanas, investimentos privados em empreendimentos do setor portuário movimentaram o mercado brasileiro



*Venda da Wilson Sons para subsidiária do grupo MSC foi anunciada nesta segunda-feira (21/10) - Foto: APS/divulgação*

A aquisição da Wilson Sons por uma subsidiária do grupo suíço MSC e a compra há um mês da Santos Brasil pelo grupo francês CMA CGM confirmam que o Brasil passa por uma fase excepcional no setor naval e que se transformou um ponto de atração para investimentos internacionais. A avaliação é do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, que se reúne esta semana

com grupos estrangeiros interessados em investir no Brasil.

A divulgação da venda de 56,47% do capital da Wilson Sons, uma das maiores empresas de logística do Brasil, para a Shipping Agencies Services (SAS), subsidiária do grupo MSC, foi anunciada nesta segunda-feira (21/10). No final de setembro a CMA CGM adquiriu 48% da operadora portuária Santos Brasil. O valor das duas operações foi de quase R\$ 20 bilhões.

“O Brasil voltou a se conectar com o mundo e isto explica o crescimento que estamos tendo na movimentação portuária. De janeiro a agosto deste ano transportamos 3,5% a mais de carga do que

em 2023. Só em contêineres, o crescimento este ano foi de 21% em relação ao ano passado”, disse o ministro, lembrando que os leilões realizados e os previstos estão deixando claro o potencial do país para a movimentação internacional de cargas.

O ministro informou ainda que o Governo Federal pretende realizar leilão de 39 unidades portuárias e de quatro canais portuários até o final de 2026. Somado ao que já foi leiloadado desde o início do governo Lula, chega-se a 58 leilões. “Isto é muito mais do que foi leiloadado entre 2013 e 2022. Ou seja, em quatro anos esperamos fazer mais leilões do que foi feito em 10 anos no Brasil. Isto mostra todo o potencial do país e comprometimento do governo do presidente Lula em ampliar a agenda portuária brasileira. Estamos construindo um modelo de governança que direcionará o crescimento econômico do país pelas próximas décadas”.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 22/10/2024**

## SILVIO COSTA FILHO APRESENTA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PARA INVESTIDORES EM MISSÃO NA EUROPA

Em visita à Espanha e Portugal, ministro se encontra com investidores e parceiros estratégicos para o setor no Brasil



**Ministro e comitiva visitam o Porto de Valência (Valenciaport), o 4º maior da Europa e o primeiro porto espanhol - Foto: Divulgação/MPor**

Entre os dias 21 e 25 de outubro, o ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, realiza uma visita a Espanha e Portugal, países que são parceiros estratégicos do Brasil no setor. O objetivo da viagem é se encontrar com investidores, representantes de empresas e autoridades locais para apresentar projetos de concessões, propostas de investimentos e oportunidades na aviação regional e nos portos brasileiros.

Na cidade de Valência, nesta segunda-feira (21), o ministro e sua comitiva conheceram o porto da cidade, o Valenciaport, o quarto maior da Europa e o principal porto da Espanha. Localizado estrategicamente no Mediterrâneo, Valenciaport é um importante hub de transbordo para cargas distribuídas para outras partes da Europa e do mundo.

“O Porto de Valência representa 40% do tráfego marítimo da Espanha. É um dos portos mais bonitos do mundo e tem atuado fortemente na nova modelagem dos portos globalmente, com foco na sustentabilidade, descarbonização de navios e digitalização, aumentando assim a competitividade do terminal”, explicou o ministro.

Durante a visita ao terminal portuário, Silvio Costa Filho assinou um Protocolo de Intenções entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a Fundación Valenciaport, que visa a capacitação e qualificação de trabalhadores do sistema portuário. A Fundação mantém uma relação sólida com o Brasil e apoia a Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos, um projeto de grande relevância no país.

A organização está diretamente envolvida no desenvolvimento de projetos de descarbonização em portos estratégicos do Brasil, como os de Paraná, Itaquí e Fortaleza. Esses projetos visam implementar soluções inovadoras para reduzir as emissões de carbono, promovendo operações mais sustentáveis.

Além disso, a Fundación Valenciaport lidera iniciativas de transformação digital no Brasil, voltadas à modernização dos processos portuários. Esses projetos incluem diagnósticos e o desenho de novas tecnologias para aumentar a eficiência operacional, melhorar a gestão das cadeias logísticas e otimizar a tomada de decisões das autoridades portuárias.



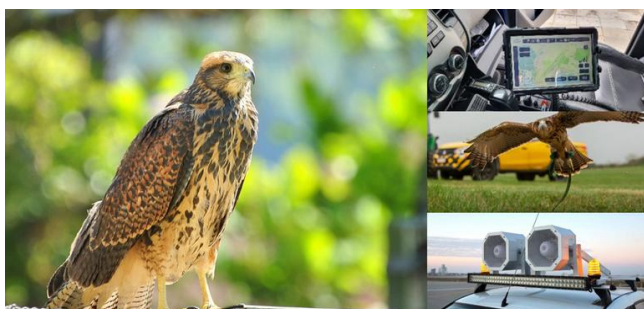
Na Fundación Valenciaport, Silvio Costa Filho também teve a oportunidade de conversar com estudantes do programa de pós-graduação em Logística e Gestão Portuária - Edição Brasil. O programa reúne profissionais de portos e terminais, além de funcionários do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq).

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 22/10/2024**

## RETOMADA DAS OPERAÇÕES NO AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO REFORÇA MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE FAUNA

Redução do tráfego aéreo e a consequente diminuição do ruído das aeronaves favoreceram o retorno de aves e outros animais às proximidades da pista do aeroporto



*Desde este mês de outubro, novas tecnologias foram implementadas para intensificar o afastamento da fauna da área aeroportuária - Foto: Divulgação/MPor*

A retomada das operações de pouso e decolagem no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (POA), exigiu um acompanhamento ainda mais rigoroso das equipes de segurança operacional da concessionária Fraport e da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) que monitoram o chamado “Risco de Fauna”. Nos últimos cinco meses, a redução do tráfego aéreo e a consequente diminuição do ruído das aeronaves favoreceram o retorno de aves e outros animais às proximidades da pista do aeroporto, um fenômeno semelhante ao observado durante a queda de movimentação nos aeroportos na pandemia da Covid-19.

A partir de junho de 2024, após as enchentes, a equipe de Gerenciamento do Risco de Fauna (GRF) do Aeroporto de Porto Alegre, sob a gestão da concessionária Fraport, intensificou os esforços de remoção de animais silvestres da área operacional. Entre junho e setembro, foram retirados 548 animais, sendo 253 carcaças e 295 animais vivos, que foram resgatados e translocados para áreas seguras. As principais ações de mitigação incluem o monitoramento de bacias de detenção, captura e remoção de fauna, controle de valas e canais de drenagem, além do uso de dispositivos acústicos para dispersão de aves.

De acordo com a equipe de GRF do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a partir de outubro de 2024, novas tecnologias foram implementadas para intensificar o afastamento da fauna da área aeroportuária. Entre elas, a utilização da falcoaria, que visa capturar e afugentar espécies que apresentam risco às operações, e o BCAS Mobile, um dispositivo acústico de alta potência que gera frequências sonoras capazes de ativar o Reflexo de Sobressalto Acústico (ASR) nas aves. Esse método inovador aumenta progressivamente a sensibilidade das aves aos sinais, melhorando a eficácia da dispersão sem causar estresse nos animais.

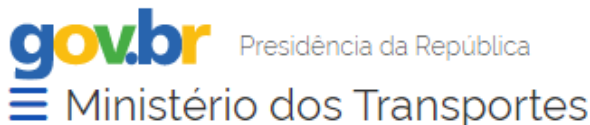
Além dessas ações, o Aeroporto Internacional Salgado Filho integra a rede colaborativa de 42 aeródromos no âmbito do Projeto “Estudos Afetos ao Gerenciamento do Risco de Fauna em Aeródromos Brasileiros”, uma parceria da SAC com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse projeto tem como objetivo aprimorar as ações nacionais para reduzir o risco de fauna, por meio da análise de DNA de animais envolvidos em colisões não significativas com aeronaves, permitindo identificar as espécies e adotar as medidas adequadas em cada aeroporto.

Em março de 2024, o Ministério de Portos e Aeroportos, como parte desse projeto, lançou a Base Nacional de Informações de Medidas de Mitigação do Risco de Fauna, na plataforma Hórus. Essa ferramenta centraliza e compartilha as estratégias adotadas pelos aeroportos brasileiros, reunindo atualmente 5.377 medidas relacionadas a 122 espécies, incluindo aves, mamíferos e répteis, e 216 grupos faunísticos. Essas informações são disponibilizadas de forma gratuita e visam aumentar a assertividade das ações de gerenciamento do risco de fauna.



As medidas contínuas de monitoramento e manejo da fauna garantem que os aeroportos mantenham elevados padrões de segurança operacional, protegendo tanto as aeronaves quanto a fauna local. Essa abordagem adaptativa reforça o compromisso do Brasil como referência internacional no gerenciamento do risco de fauna, equilibrando a segurança do transporte aéreo com a preservação ambiental.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*  
*Data: 22/10/2024*



## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE DO MT PROMOVE DEBATE SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL

Seminário Via Viva acontece nesta quarta (23) e reúne as maiores autoridades e especialistas no tema

A 8ª Edição do Via Viva, seminário que acontece nesta quarta-feira (23), na sede do Ministério dos Transportes (MT), amplia o debate acerca do licenciamento ambiental no Brasil.

Promovido pela Subsecretaria de Sustentabilidade do MT, o evento reúne CEOs das maiores concessionárias, grandes estudiosos do tema e comunidades indígenas e quilombolas para discutir governança ambiental.

O subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides, abre o evento, às 8h30. A programação segue durante todo o dia, com inúmeros debates. O encerramento acontece às 18h45, com o lançamento do livro Via Viva 2024.

A programação completa pode ser conferida aqui:  
<https://viaviva.transportes.gov.br/>

#### Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para os profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento. O encontro também terá transmissão online pelo link:  
<https://www.youtube.com/live/9yUEVN6rAk8>

#### Serviço

O quê: Via Viva 2024

Quando: Quarta-feira (23), às 8h30

Onde: Auditório Prof. Lourenço Chehab - sede do Ministério dos Transportes - Bloco R - Esplanada dos Ministérios

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*  
*Data: 22/10/2024*

### RENAN FILHO LIDERA COMITIVA MINISTERIAL EM CAPITAIS EUROPEIAS PARA APRESENTAR PROJETOS DE CONCESSÃO A INVESTIDORES

Carteira de captação soma R\$ 130 bi para aportes em rodovias de norte a sul do país. Reuniões e encontros bilaterais acontecem em Madri e Londres

Criar um amplo ambiente de competitividade e segurança, atraindo os principais players globais a investirem no maior ativo de infraestrutura em transporte terrestre do Brasil. É com essa missão que se inicia em Madri, nesta segunda-feira (21), o trabalho da comitiva do Ministério dos

Transportes. Serão três dias de reuniões e apresentações. Na agenda, estão encontros com grupos de equity e crédito em infraestrutura, agentes do mercado financeiro, além de empresas focadas em infraestrutura sustentável.



**Comitiva do Ministério dos transportes visitou a sede da ACCIONA. A empresa alcançou vendas de 11.195 milhões de euros em 2022 - FOTO: Marcio Ferreira/MT**

“O Brasil tem, hoje, a maior carteira de concessões rodoviárias de todo o planeta. E nossa carteira não é só a maior, é a mais arrojada também. Com o trabalho firme, conseguiremos mais investimentos em infraestrutura. Isso significa mais emprego, mais segurança para os condutores e tornar o país mais moderno para o desenvolvimento”, enumerou o ministro Renan

Filho.

A fala foi corroborada em uma das primeiras agendas do dia por Rafael Noya, vice-presidente de financiamento global do Banco Santander, a maior instituição financeira da zona do Euro. “O Brasil é nossa principal base, nossa principal operação mundial. Poder aportar na infraestrutura do Brasil tem um valor estratégico muito grande para nós”. O gestor ainda elogiou a solução das otimizações dos contratos, a nova modelagem e a estruturação dos projetos. Para ele, é essa maturidade que o Brasil tem hoje que atrai novos players. “Contem conosco na agenda de otimizações. O que vocês apresentaram hoje aqui me deixa muito otimista”, concluiu.

O dia foi também marcado pela apresentação da carteira de projetos ao grupo IG4 Capital. Parte do conglomerado desde 2020, a companhia Unna Infraestrutura já está na América do Sul como braço da peruana Aenza e interessada nos projetos de concessão brasileiros. A perspectiva de negócios futuros foi sinalizada por Gema Esteban, líder de investimentos globais do grupo. “A parceria entre o público e o privado é muito importante. As infraestruturas sustentáveis, o investimento em tecnologias renováveis, são o futuro e são muito importantes para a América Latina. Temos essa agenda de transformação”, comentou.

Algo que o ministro também apontou sobre as possíveis parcerias com investidores espanhóis é a solidez do que está sendo apresentado. “A Espanha tem forte investimento no nosso país, e aqui já fomos elogiados por representantes de grandes instituições. Durante muito tempo, os brasileiros foram mal representados, foram desperdiçadas oportunidades. Do ponto de vista técnico, econômico e financeiro, apoiados no amplo diálogo com o setor de infraestrutura, vamos atrair recursos com nossa carteira. Pela primeira vez na história, este ano teremos mais investimentos privados que investimentos públicos em rodovias e ferrovias no Brasil”, pontuou.

Finalizando a agenda de negociações do dia, a comitiva ainda realizou visita técnica ao campus de desenvolvimento da ACCIONA, grupo que gerencia soluções de infraestrutura sustentáveis, especialmente de energia renovável.

Dentre a série de próximos encontros da agenda, destaca-se o Ibero-América GRI Infra & Energy, que acontece na terça-feira (22), em Madri. O evento reunirá os maiores líderes do segmento de transporte e energia, com o objetivo de discutir os desafios comuns em estruturação, desenvolvimento e financiamento de projetos que podem catalisar o desenvolvimento e impulsionar a economia brasileira. A comitiva do Ministério dos Transportes participará deste debate junto a autoridades governamentais de todas as esferas, investidores e concessionários de países como a Colômbia, México, Estados Unidos, Chile, Peru e França.

Já na primeira agenda em Londres, a quinta-feira (24) será iniciada com uma reunião multilateral de peso. Serão 40 participantes de diversos bancos nacionais em uma apresentação dos projetos brasileiros. Entre os convidados, além de representantes de instituições financeiras tradicionais, estarão os grupos focados em infraestrutura rodoviária.

Nos dias seguintes, estão agendados compromissos com plataformas de investimento e operadores de mercado do país britânico.

Além do ministro Renan Filho e do corpo técnico da pasta, fazem parte da comitiva o diretor presidente da Infra S.A, Jorge Bastos, o diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Rafael Vitale, além de representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

### Estratégia de sucesso

Como exemplo do quanto da relevância e atratividade dos projetos rodoviários brasileiros, pode ser destacada a concessão ao grupo francês VINCI Highways SAS, vencedor na disputa pela BR-040/GO/MG em setembro. A empresa, que opera em mais de 120 países, é estreada em certames rodoviários no Brasil.

São 65 mil quilômetros de rodovias federais no Brasil. Somando estradas estaduais, municipais e vicinais, a estimativa é de mais de 2 milhões de quilômetros. O principal modal de transporte do país, com alto volume de investimento e manutenção, também é um grande ativo do país. Com a estratégia de oferecer concessões que melhorem e cuidem das estradas brasileiras por períodos determinados, o Ministério dos Transportes criou o maior ciclo de leilões de concessão rodoviária da história do país. Nos dois primeiros anos da atual gestão, de 2023 a 2024, serão realizados 11 leilões. A previsão é que o saldo captado alcance R\$ 74,2 bilhões, e o número pode bater R\$ 130 bi até o fim de 2026: a expectativa é realizar 35 leilões de rodovias ainda neste governo.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 22/10/2024*



## PORTAL PORTO GENTE

### ECOVIAS PROGRAMA OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA O SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES

*Redação Portogente*

***Trabalhos têm como objetivo manter a qualidade das vias, a segurança e o conforto dos usuários.***

O Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) receberá obras de conservação e manutenção em todos os trechos sob concessão da Ecovias, entre os dias 21 e 27 de outubro. Os serviços têm como objetivo manter a qualidade das vias, a segurança e o conforto dos usuários.



**Foto: Divulgação/Ecovias**

Na Via Anchieta, entre o km 9,7 e o km 65, em ambas as direções, ocorrerão intervenções no pavimento, em túneis, passarelas e viadutos, além de limpeza de barreiras de concreto, implantação de telamento, lavagem de placas, reparo de defensas metálicas e recuperação de barreiras de concreto, das 8h às 17h e das 21h às 5h. Durante o período noturno, também está prevista as obras de limpeza de drenagem, de sinalização vertical e de implantação de sinalização horizontal.

A Rodovia dos Imigrantes, entre o km 11 e o km 70, também nos dois sentidos, receberá serviços de manutenção do pavimento, em túneis, passarelas e viadutos, além de limpeza de barreiras de concreto, implantação de telamento, lavagem de placas, reparo de defensas metálicas e recuperação de barreiras de concreto, das 8h às 17h. As intervenções de limpeza de drenagem, de sinalização vertical e de implantação de sinalização horizontal, acontecerão no período noturno, das 21h às 5h.





Nas rodovias Cônego Domênico Rangoni e Padre Manoel da Nóbrega, em toda a extensão e em ambos os sentidos, serão executados trabalhos de manutenção do pavimento, em túneis, passarelas e viadutos, além de limpeza de barreiras de concreto, implantação de telamento, lavagem de placas, reparo de defensas metálicas e recuperação de barreiras de concreto, das 8h às 17h e das 21h às 5h. Para as mesmas vias, no período noturno, das 21h às 5h, estão previstos trabalhos de limpeza de drenagem, de sinalização vertical e de implantação de sinalização horizontal.

Já nas Interligações Baixada e Planalto, assim como na saída de Guarujá pela SP-248, nos dois sentidos e em toda a extensão das vias, serão realizados serviços de manutenção do pavimento, em túneis, passarelas e viadutos, além de limpeza de barreiras de concreto, implantação de telamento, lavagem de placas, reparo de defensas metálicas e recuperação de barreiras de concreto, das 8h às 17h e das 21h às 5h. Para o período noturno, entre 21h e 5h, estão programados os serviços de limpeza de drenagem, de sinalização vertical e de implantação de sinalização horizontal.

Serviços como os de varrição manual e mecanizada, cata-papel, coleta de lixo e entulho, poda, limpeza de drenagem e reparo no guard-rail também serão realizados nas rodovias. Durante os trabalhos, sempre que necessário, faixas e acostamentos serão devidamente bloqueados e sinalizados para garantir a segurança viária dos motoristas e trabalhadores. As datas e horários dos serviços podem ser alterados conforme as condições de tráfego e clima, ou por alguma ocorrência não prevista no SAI.

### **Bloqueios**

Entre os dias 21 e 24 de outubro, a pista Norte da via Anchieta e a pista Sul da rodovia dos Imigrantes serão interditadas no período noturno para obras, das 20h às 5h. Durante os bloqueios, o motorista deverá utilizar apenas a pista da sul da Anchieta para a descida e subida apenas pela pista Norte da Imigrantes.

Nos dias 25 e 26 de outubro, entre 23h30 e 5h30, a pista Norte da Rodovia dos Imigrantes será bloqueada no trecho de serra para transposição de cargas especiais. Nesse período, os motoristas poderão subir apenas pela pista Norte da Via Anchieta.

As datas e horários dos bloqueios podem ser alterados conforme as condições climáticas e de tráfego, ou por alguma ocorrência não prevista no SAI.

*Fonte: Portal Porto Gente*

*Data: 22/10/2024*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

### **EDITORIAL – INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM INFRAESTRUTURA**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A iniciativa do Ministério dos Transportes em liderar uma comitiva à Europa, com o objetivo de atrair investimentos para a infraestrutura brasileira, é uma ação importante para o desenvolvimento do País. Ao apresentar a maior carteira de concessões rodoviárias do mundo, o Brasil se posiciona como um destino atrativo para investidores globais que buscam oportunidades em um mercado promissor e em constante crescimento.

A busca por investimentos em infraestrutura é essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Rodovias modernas e eficientes são fundamentais para o escoamento da produção, a redução dos custos logísticos e a melhoria da competitividade das empresas brasileiras. Além disso, investimentos em infraestrutura geram empregos, impulsionam o crescimento econômico e contribuem para a redução das desigualdades regionais.



No entanto, é fundamental que os investimentos em infraestrutura sejam realizados de forma sustentável, com foco na preservação do meio ambiente e na mitigação dos impactos das mudanças climáticas. A visita da comitiva a empresas como a Acciona, especializada em soluções de infraestrutura sustentável, demonstra a preocupação do governo em promover um desenvolvimento econômico que seja ambientalmente responsável.

A adoção de tecnologias limpas e renováveis nos projetos de infraestrutura pode gerar benefícios econômicos a longo prazo, reduzindo os custos de operação e manutenção. Além disso, a construção de infraestruturas mais resilientes às mudanças climáticas é essencial para garantir a durabilidade dos investimentos e a segurança da população.

É importante ressaltar que a sustentabilidade não se limita aos aspectos ambientais. A inclusão social e a participação da comunidade nas decisões sobre os projetos de infraestrutura também são fundamentais para garantir a legitimidade e o sucesso das iniciativas.

O governo brasileiro tem o desafio de transformar as oportunidades de investimento em resultados concretos para a população. Para isso, é estratégico que o compromisso com a sustentabilidade seja levado a sério e que os projetos de infraestrutura sejam implementados de forma transparente e eficiente.

A participação de instituições como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e o Tribunal de Contas da União (TCU) na comitiva demonstra a importância de uma abordagem integrada para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira. O BNDES pode oferecer linhas de financiamento para os projetos, enquanto o TCU garante a fiscalização e a transparência dos processos.

Em suma, a missão do Ministério dos Transportes na Europa reflete um processo essencial para o futuro do Brasil: atrair investimentos para a infraestrutura, mas visando um desenvolvimento econômico mais sustentável e inclusivo. É fundamental que o País aproveite essa oportunidade para construir um futuro mais próspero para todos a sociedade.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 22/10/2024*

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **CLÁUSULA DE PAZ 1**

Ao menos três sindicatos de trabalhadores portuários - os dos estivadores, dos operadores de guindaste e os dos trabalhadores administrativos em capatazia - concordaram com a cláusula de paz proposta pela Justiça do Trabalho da 2ª Região (com jurisdição na Grande São Paulo e em parte do litoral do estado, onde fica o Porto de Santos). A regra prevê que serão mandos 50% dos serviços na paralisação prevista para começar nesta terça-feira, dia 22. A medida, sugerida pelo desembargador Francisco Ferreira Jorge Neto, ainda prevê uma multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

#### **CLÁUSULA DE PAZ 2**

Os trabalhadores portuários anunciaram essa paralisação de 12 horas em protesto ao trabalho da comissão de juristas convidada pela Câmara dos Deputados, para modernizar o marco regulatório do setor.

#### **ANTT+MPF 1**

Atendendo a pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) disponibilizou acesso ao banco de dados de infraestrutura e acidentes ferroviários e ao Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário (Saff). As informações são usadas no monitoramento da situação da infraestrutura ferroviária, bem como de ocorrências relacionadas ao sistema ferroviário nacional, como acidentes.

### **ANTT+MPF 2**

Tais informações serão acessadas pelos procuradores integrantes do Grupo de Trabalho (GT) Transportes, vinculado à Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do MPF (3CCR), que poderão traçar um diagnóstico da real situação da malha ferroviária brasileira. Dessa forma, o acesso a informações usadas pela ANTT vai permitir um trabalho mais célere e efetivo, além de permitir que outros procuradores com demandas específicas no tema recebam auxílio do grupo de trabalho.

### **ANTT+MPF 3**

Para o procurador da República Fernando Martins, coordenador do GT Transportes, o acesso às informações é de extrema importância para o trabalho do MPF, diante da situação de abandono de mais da metade da malha ferroviária brasileira. “Esses dados são imprescindíveis para que o MPF possa iniciar investigações que resultem em acordo com as concessionárias, visando à melhoria das condições ferroviárias, ou mesmo no ajuizamento de ações judiciais para obrigá-las a tomarem as devidas providências”, sintetizou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/10/2024**

## **NACIONAL - BRASIL REFORÇA COMPROMISSO COM A INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL EM MISSÃO NA EUROPA**

Comitiva do Ministério dos Transportes realiza encontros na Espanha para atrair novos investimentos e modernizar o sistema rodoviário

**Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)**



**A agenda da comitiva do Ministério dos Transportes incluiu uma visita técnica ao campus de desenvolvimento da Acciona, grupo que gerencia soluções de infraestrutura sustentável. Foto: Marcio Ferreira/MT**

Uma comitiva do Ministério dos Transportes iniciou na segunda-feira (21), em Madri, uma série de reuniões e apresentações para atrair investimentos ao maior ativo de infraestrutura em transporte terrestre do Brasil. Durante três dias, o grupo vai se encontrar com investidores globais, instituições financeiras e empresas especializadas em infraestrutura sustentável, com o objetivo de fortalecer parcerias e promover oportunidades no setor.

“O Brasil tem, hoje, a maior carteira de concessões rodoviárias de todo o planeta. E nossa carteira não é só a maior, é a mais arrojada também. Com o trabalho firme, conseguiremos mais investimentos em infraestrutura. Isso significa mais emprego, mais segurança para os condutores e tornar o país mais moderno para o desenvolvimento”, disse o ministro Renan Filho.

O destaque do primeiro dia foi a apresentação da carteira de concessões rodoviárias do Brasil, que é a maior do mundo. O grupo se reuniu com o banco Santander, cuja operação no Brasil é a maior fora da Espanha. Rafael Noya, vice-presidente de financiamento global do banco, elogiou a modelagem dos projetos brasileiros, destacando que o Brasil é estratégico para a instituição e que há otimismo em relação às oportunidades de investimento.

Além do encontro com o Santander, a comitiva se reuniu com o grupo IG4 Capital, que demonstrou interesse em futuras parcerias. Gema Esteban, líder de investimentos globais do grupo, ressaltou a importância das infraestruturas sustentáveis e o investimento em tecnologias renováveis para o futuro da América Latina.

A visita técnica ao campus de desenvolvimento da Acciona, grupo que gerencia soluções de infraestrutura sustentável, também marcou a agenda do dia.

Nos próximos dias, a comitiva participará do Ibero-América GRI Infra & Energy, evento que reúne líderes do setor de transporte e energia, e terá reuniões em Londres com plataformas de investimento e operadores de mercado focados em infraestrutura rodoviária.

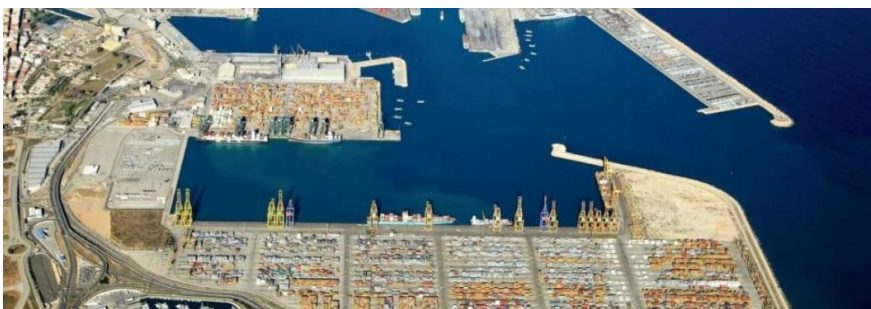
Além de representantes do Ministério dos Transportes, a comitiva inclui membros da Infra S.A., da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/10/2024

## NACIONAL - COMITIVA DO MPOR BUSCA PARCERIAS NO SETOR DE PORTOS E AVIAÇÃO

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



*O Porto de Valência é um hub logístico no Mar Mediterrâneo, desempenhando um papel essencial no transbordo de cargas para o restante da Europa e outras partes do mundo. Foto: Divulgação/Fundación Valenciaport*

A comitiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) faz até sexta-feira, dia 25, uma

série de visitas à Espanha e a Portugal para fortalecer parcerias estratégicas no setor de portos e aviação. O grupo liderado pelo ministro Silvio Costa Filho tem o objetivo de se reunir com investidores, representantes de empresas e autoridades locais, apresentando projetos de concessões, investimentos e oportunidades nos portos e na aviação regional do Brasil.

Na segunda-feira (21), a comitiva esteve em Valência, na Espanha, onde visitou o Valenciaport, o quarto maior porto da Europa e principal do país. O porto é um hub logístico estratégico no Mar Mediterrâneo, desempenhando um papel essencial no transbordo de cargas para o restante da Europa e outras partes do mundo.

Durante a visita, foi assinado um protocolo de intenções entre o MPor e a Fundación Valenciaport. O acordo tem como foco a capacitação e qualificação de trabalhadores do sistema portuário brasileiro, além de intensificar a colaboração em projetos de descarbonização, incluindo iniciativas já em andamento em portos como os de Paraná, Itaqui e Fortaleza.

A Fundación Valenciaport também está envolvida em projetos de modernização digital dos portos brasileiros, visando aumentar a eficiência operacional e a gestão das cadeias logísticas. A comitiva ainda teve a oportunidade de conversar com estudantes do programa de pós-graduação em Logística e Gestão Portuária – Edição Brasil, que reúne profissionais do setor e autoridades brasileiras.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/10/2024

## NACIONAL - AQUISIÇÃO DA WILSON SONS PELA MSC MOVIMENTA SETOR DE PORTOS E LOGÍSTICA

Entidades portuárias e especialistas avaliam a negociação e suas possíveis consequências para o cenário de terminais no Brasil

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)





**Terminal de contêineres da Wilson Sons no Porto de Rio Grande (RS): A transação com a MSC, que totaliza R\$ 4,35 bilhões, ainda precisa de aprovação do Cade e da Antaq. Foto: Divulgação/Wilson Sons**

A Mediterranean Shipping Company (MSC), líder mundial no transporte marítimo de contêineres, concluiu a negociação para a compra da Wilson Sons, uma das principais operadoras portuárias e de logística do Brasil. O fato foi anunciado pela Wilson Sons na manhã de segunda-feira (21). O BE News ouviu especialistas do setor e entidades empresariais que comentaram sobre a transação e o futuro das operações do segmento de contêineres no Brasil.

Segundo o grupo brasileiro, seu acionista controlador, o OW Overseas (Investments) Limited, firmou um contrato para venda de 248.664.000 ações ordinárias de emissão da companhia, 56,47% do capital social, para SAS, uma das empresas da MSC, grupo com sede em Genebra, na Suíça. O valor da operação foi de R\$ 17,50 por, totalizando R\$ 4,352 bilhões.

A transação precisa de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Segundo fato relevante divulgado pela Wilson Sons, a operação deve ser concluída no segundo semestre de 2025.

Com a conclusão, a SAS Shipping Agencies Services Sàrl, subsidiária integral da MSC, vai lançar uma oferta pública de aquisição das ações remanescentes da Wilson Sons nas mesmas condições do combinado com a OW Overseas.

O segundo maior acionista da Wilson Sons é a Tarpon Capital, com 12,11%. A Radar Gestora detém outros 9,62%, segundo dados da companhia.

A transação ocorre um mês depois de a CMA CGM, multinacional francesa dos setores de transporte e logística, anunciar um acordo para a aquisição da Santos Brasil, operadora portuária que administra um dos principais terminais de contêineres do país, o Tecon do Porto de Santos (SP).

A transação previa a compra de 48% da companhia do Fundo de Investimentos Opportunity. A partir daí, o grupo francês conseguiria adquirir a maioria do capital social da Santos Brasil, 51%.

### Opiniões

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, comentou que o setor observa, neste momento, uma tendência onde os principais armadores estão reforçando suas estratégias e investindo em terminais portuários.

“A Wilson Sons opera importantes terminais de contêineres em Rio Grande (RS) e em Salvador (BA), além de um Clia (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro) em Santo André (SP). O interessante nesse caso é que a verticalização passa a incluir também a operação de rebocadores, um dos principais serviços demandados pelos armadores nas manobras de atracação e desatracação de seus navios. Precisamos aguardar a estabilização desses movimentos, que começou com a compra da Santos Brasil pela CMA CGM para entender como irão se equilibrar as forças de mercado”, comentou.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, comentou que está sendo uma variante comum empresas do segmento de contêineres fazerem esse tipo de movimentação no mercado.

“Os armadores e grandes grupos empresariais e internacionais já vem há muito tempo investindo no Brasil, não só através de construção de terminais, mas também de aquisições. Essas verticalizações são tendências mundiais, e o Brasil, com a quantidade de carga que tem, com a sua importância, não seria diferente”, resumiu.

O consultor portuário e ex-secretário de Portos Fabrizio Pierdomênico comentou sobre o grande potencial que o Brasil tem em potencializar investimentos de empresas internacionais, como ocorreu com a CMA CGM e, agora, a MSC.

“O ponto positivo está no ganho de escala e custos, haja vista a cadeia terminal/armador, porém, como toda atividade verticalizada, merecerá atenção dos órgãos regulares da concorrência. Mais escala, menos custos e deverá significar queda nos preços da movimentação do contêiner, pelo menos deveria acontecer. Outro ponto é que essas aquisições demonstram o interesse de empresas estrangeiras em investir no Brasil. Isso significa que tendo estabilidade econômica e institucional, o país tem potencial para atrair mais investimentos”, disse.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 22/10/2024*

## REGIÃO SUL - AEROPORTO SALGADO FILHO VOLTA A RECEBER VOOS COMERCIAIS

Fechado desde 3 de maio, terminal recebeu primeiros voos domésticos nesta segunda-feira (21)

*Por CÁSSIO LYRA [cassio.lyra@redebenews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebenews.com.br)*



*Aeronave da Azul, que decolou do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, pousou no Salgado Filho às 8h03, marcando a retomada de voos comerciais em Porto Alegre (Foto: Jürgen Mayrhofer/Secom)*

**A RETOMADA DE VOOS COMERCIAIS MARCA A VOLTA DAS OPERAÇÕES NO SALGADO FILHO DESDE SEU FECHAMENTO NO DIA 3 DE MAIO. O TERMINAL FICOU COMPLETAMENTE DEBAIXO D'ÁGUA EM RAZÃO DA TRAGÉDIA CLIMÁTICA QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL NAQUELE MÊS J**

Na manhã desta segunda-feira (21), a partir das 8h, a pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, no Rio Grande do Sul, voltou a receber operação de voos comerciais depois de 5 meses paralisado em razão das enchentes que atingiram o estado no início do mês de maio.

O Airbus A320, da Azul Linhas Aéreas, decolou do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), às 6h36 com 180 pessoas, e pousou na nova pista do Salgado Filho às 8h03.

Logo na sequência, o terminal aeroportuário gaúcho recebeu o segundo voo, o Boeing 737 800 da GOL, que partiu do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, às 7h e pousou no Salgado Filho às 8h25.

Os passageiros das duas aeronaves foram recebidos com bastante festa, incluindo atrações musicais e culturais do Rio Grande do Sul.

Segundo informou a Fraport, concessionária que administra o Aeroporto, inicialmente o Salgado Filho contará com 71 voos diários, sendo 37 partidas e 34 chegadas. A expectativa é a circulação de cerca de 9.800 passageiros por dia no terminal entre pousos e decolagens.

A retomada de voos comerciais marca a volta das operações no Salgado Filho desde seu fechamento no dia 3 de maio. O terminal ficou completamente debaixo d'água em razão da tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul naquele mês.

A reabertura ocorre de forma parcial, com uso de pista reduzida, de 1.730 metros, com capacidade total de receber até 128 frequências domésticas diariamente. Segundo a Fraport, são aproximadamente 12 operações por hora, entre 8h e 22h.

“A equipe da Fraport Brasil e toda a comunidade aeroportuária comemoram a retomada dos voos domésticos ao Porto Alegre Airport. Fazemos acontecer todos os dias e recebemos de braços



abertos os passageiros nessa retomada. É uma grande conquista para todos os gaúchos, para o turismo e para a economia”, comentou Andreea Pal, CEO da Fraport Brasil.

A expectativa é que no mês de novembro, o número de voos aumente para 122. Em dezembro, o aeroporto voltará a funcionar com 100% da sua capacidade, incluindo o embarque e desembarque de voos internacionais.

Segundo informou a Fraport, no período da manhã o aeroporto apresentou uma queda de energia elétrica. A empresa afirmou que, apesar do problema em questão, não houve nenhum atraso na operação de pousos e decolagens.

“Foi necessária a regulagem de um disjuntor para atender o aumento da demanda de energia no terminal de passageiros. As equipes atuaram para corrigir o problema e os sistemas foram restabelecidos. A operação de retomada parcial dos voos ocorreu sem maiores transtornos”, comunicou a concessionária.

### **Retomada econômica**

Entre as autoridades presentes estavam o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta. Esse último representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que não pôde comparecer devido a um acidente doméstico sofrido no último fim de semana.

Eduardo Leite destacou que o retorno de voos comerciais do Salgado Filho representa um efeito positivo na reabertura da economia do Rio Grande do Sul.

“O momento doloroso que passamos foi sucedido, imediatamente, pela imensa força de superação do povo gaúcho, que recebeu apoio do Brasil inteiro. Agora, a retomada das operações do aeroporto é mais um símbolo dessa recuperação. A expectativa é a melhor possível. A partir da retomada do aeroporto, teremos impactos bastante positivos para o turismo e os negócios e a volta de grandes eventos no estado”, comentou o governador.

### **Histórico**

O Salgado Filho foi fechado no dia 3 de maio, após as fortes chuvas e o aumento do nível do Lago Guaíba, que alagou as principais ruas e avenidas da capital Porto Alegre. A pista e diversas áreas do aeroporto ficaram debaixo d'água.

Desde a paralisação das atividades no terminal internacional, o Ministério de Portos e Aeroportos disponibilizou voos comerciais para o Rio Grande do Sul, que foram realizados na Base Aérea de Canoas, que fica a cerca de 10 quilômetros do Salgado Filho.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/10/2024**

## **NACIONAL - CONGRESSO DA ABDPM PROMETE FOCAR NO NOVO MARCO REGULATÓRIO**

Evento reúne juristas e autoridades para discutir desafios e oportunidades do setor, com ênfase nas novas diretrizes da Lei dos Portos

Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redebeneews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redebeneews.com.br)

A Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM) inicia nesta terça-feira (22), em Brasília (DF), seu Congresso Nacional de Direito Portuário e Marítimo. Com a finalidade de discutir os desafios e oportunidades do setor, o evento será centrado no novo marco regulatório elaborado pela Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados (Cepertos). Há a expectativa no mercado de que, durante o congresso, sejam apresentadas partes do relatório sobre a proposta da nova Lei dos Portos, que visa atualizar as regras sancionadas em 2013.



*O presidente da ABDPM, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Guilherme Caputo Bastos, fará a abertura do congresso e estará em uma conferência magna no encerramento. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export*

Na quarta-feira (23), está marcada na agenda a apresentação oficial do texto pelo relator do colegiado, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho Celso Peel, e a votação do relatório.

O encontro incluirá uma série de painéis abordando os tópicos discutidos pela Ceportos ao longo do ano. A comissão, composta por 15 juristas, dedicou-se à elaboração de um texto que propõe alterações na exploração de portos e instalações portuárias.

Dividido em três subcomitês temáticos, o colegiado propôs a revisão de itens como desburocratização e simplificação nos processos de arrendamento, descarbonização dos portos e questões trabalhistas.

Caso o texto passe na Ceportos, será submetido à análise dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de buscar a aprovação das novas diretrizes que irão definir os investimentos futuros e as condições de trabalho relacionadas às operações portuárias.

No dia 22, o congresso será aberto pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM), Guilherme Caputo Bastos. Logo depois, Marcelo Kanitz, vice-presidente administrativo da ABDPM, conduzirá um debate focado nos desafios e nas perspectivas do novo marco regulatório portuário.

Mariana Pescatori, secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, participará da segunda discussão, que abordará a desburocratização e a captação de investimentos privados no setor portuário. Para encerrar o dia, o ministro do TST Douglas Alencar Rodrigues oferecerá sua visão sobre o novo marco regulatório.

No segundo dia, quarta-feira (23), a programação começará com um painel sobre “Desafios e Perspectivas do Trabalho Marítimo”, aberto pelo ministro Evandro Valadão, do TST. Na sequência, o segundo debate discutirá “O Futuro das Relações de Trabalho Portuário e Modelos de Gestão de Mão de Obra Portuária”, com a participação do ministro Breno Medeiros, também do TST.

O encerramento contará com uma conferência magna, que reunirá o ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, além de Guilherme Caputo Bastos e do também ministro do TST Alexandre Luiz Ramos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/10/2024**

## COMÉRCIO EXTERIOR - MARROCOS CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTO PARA IMPORTAÇÃO DE CARNES BRASILEIRAS

Acordo foi estabelecido após a missão oficial brasileira realizada em abril de 2024 ao país

Por **YUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redenenews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br)



*O acordo foi estabelecido após a missão oficial brasileira realizada em abril de 2024 ao país, localizado no norte da África. Foto: MAPA/Divulgação*

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) informou nesta segunda-feira (21) que o governo do Marrocos concedeu isenção total do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) para a importação de 20 mil toneladas de carne bovina, ovina, caprina e camelídea do Brasil. O acordo foi estabelecido após a missão oficial brasileira realizada em abril de 2024 ao país,



localizado no norte da África.

O ofício marroquino indica que a isenção da cota de 20 mil toneladas de carnes e miúdos autoriza também a importação de até 120 mil cabeças de bovinos e 100 mil ovinos com isenção do IVA, ampliando o fluxo comercial entre os dois países. No entanto, o imposto parafiscal continuará a ser aplicado aos importadores.

De acordo com o governo do Marrocos, a medida integra uma estratégia para estimular o setor agropecuário local e assegurar o abastecimento de alimentos no país a preços mais acessíveis para os consumidores locais.

Em 2023, Marrocos tornou-se o quarto maior destino das exportações brasileiras na África, totalizando US\$1,23 bilhão (cerca de R\$6,15 bilhões). O comércio bilateral entre os dois países alcançou US\$2,65 bilhões (R\$13,25 bilhões).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/10/2024**

## NACIONAL - PORTUÁRIOS ANUNCIAM PARALISAÇÃO DE 12 HORAS NESTA TERÇA-FEIRA

O protesto é contra as alterações na Lei dos Portos; adesão é de 50 mil trabalhadores, diz FNP  
Por **JÚNIOR BATISTA** [junior.basta@redenenews.com.br](mailto:junior.basta@redenenews.com.br)



**Portuários devem ficar 12 horas paralisados no maior Porto do País**

Os trabalhadores portuários de todo o Brasil anunciaram uma paralisação de 12 horas para esta terça-feira (22), em protesto contra as alterações na Lei dos Portos (12.815/2013). O movimento, coordenado pela Federação Nacional dos Portuários (FNP), dos Estivadores (FNE) e pela Fenccovib (entidade que representa várias categorias de trabalhadores portuários), conta com a adesão de 50

mil trabalhadores que atuam nos principais portos do país, segundo a FNP.

A mobilização é uma resposta à decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas), que criou uma comissão de juristas com o objetivo de reformular a legislação portuária. Segundo as entidades sindicais, “a comissão tem viés pró-empresarial, com a maioria de seus membros sendo juristas alinhados aos interesses dos operadores portuários e apenas um representante dos trabalhadores. Essa composição gera grande apreensão entre os portuários, que temem pela precarização do setor”.

Entre as principais propostas da comissão estão a terceirização dos serviços da autoridade portuária, a extinção da Guarda Portuária, a revogação da Lei 4.860/65, que regula o adicional de risco e noturno, e o fim da exclusividade dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA).

O diretor da FNP e presidente interino da CNTTL, Eduardo Guterra, criticou a iniciativa, afirmando que o objetivo é precarizar ainda mais o trabalho nos portos, em benefício dos empresários.

A Lei dos Portos foi criada para regulamentar a exploração e a administração das atividades portuárias no Brasil, com o objetivo de modernizar o setor e aumentar a eficiência dos portos. Os principais pontos da lei incluem a facilitação da entrada de novos operadores portuários e maior flexibilização na contratação de trabalhadores, o que gerou debates sobre a precarização das condições de trabalho no setor.



O presidente do Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro e da FNP, Sergio Giannetto, reforçou o repúdio ao projeto. “É um acinte com o trabalhador portuário”, afirmou Giannetto.

### INFOS INICIAIS

As mobilizações vão começar no primeiro turno de trabalho, pela manhã. Nos portos do Rio de Janeiro, Angra e Niterói, a paralisação ocorrerá das 7h às 19h; em Itaguaí, das 8h às 20h. Além disso, um Ato Público está previsto para ser realizado em Brasília, na Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Juristas vai apreciar as emendas e aprovar o texto final da proposta de reforma da Lei dos Portos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/10/2024**

### NACIONAL - AUDITORES-FISCAIS PROGRAMAM PARALISAÇÃO POR 24 HORAS EM TODO O PAÍS

Movimento reivindica cumprimento de acordo salarial, com impacto em aduanas e arrecadação federal

Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redeneews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redeneews.com.br)

Auditores-fiscais da Receita Federal realizarão uma paralisação de 24 horas nesta quarta-feira (23), em todo o país, incluindo atividades nas aduanas, como no Porto de Santos (SP), e na Zona Secundária, responsável pela arrecadação de impostos. Esta é a segunda paralisação do movimento, que teve início no dia 17 de outubro, com novas interrupções de trabalho programadas para os dias 29 e 30 deste mês, conforme aprovado em assembleia, segundo o sindicato da categoria, o Sindifisco Nacional.

A entidade informa que o movimento é uma resposta à falta de avanços nas negociações entre a categoria e o Governo Federal sobre o reajuste salarial, após a quebra de um acordo assinado em abril deste ano. O acordo previa a criação de uma mesa de negociação para discutir a reposição salarial com base na inflação. Entretanto, em 4 de julho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou ao Sindifisco Nacional que a mesa de negociação não seria mais instalada.

Desde então, várias reuniões ocorreram entre o sindicato, a administração da Receita Federal e o MGI, mas sem resultados concretos.

Ainda de acordo com o Sindifisco Nacional, nos dias de paralisação, as atividades essenciais, como a liberação de cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos e alimentação de bordo, continuarão sendo realizadas normalmente no Porto de Santos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/10/2024**

### REGIÃO SUDESTE - RECEITA REALIZA MAIOR APREENSÃO DE COCAÍNA DO ANO NO PORTO DE SANTOS

A Receita Federal realizou na segunda-feira (21) a maior apreensão de cocaína do ano no Porto de Santos (SP). Foram mais de 1 tonelada (1.201 kg) de cocaína encontradas em meio a 24 toneladas de sucata que estavam em contêineres. A carga tinha como destino o Porto de Málaga, na Espanha.

Além da avaliação feita via sistemas de Gestão de Riscos, outros instrumentos utilizados pela fiscalização foram dois cães de faro da Receita Federal e análise das imagens de escâneres dos contêineres selecionados. A Polícia Federal foi acionada e os procedimentos para investigação prosseguem.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/10/2024**



## SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### LEILÃO DE SUPERTERMINAL EM SANTOS “VAI ACONTECER” EM 2025, DIZ SILVIO COSTA FILHO À CNN

*Informações: CNN Brasil (21 de outubro de 2024)*

A previsão é de um investimento de R\$ 3 bilhões, o maior para um terminal de cargas leilado à iniciativa privada

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que o governo está fazendo o leilão do STS10, um novo “superterminal” de contêineres em Santos (SP), em 2025.

“Vamos fazer o Tecon Santos 10. A gente está trabalhando para agora, em 2025, iniciar o processo licitatório. Vai acontecer”, afirmou o ministro à CNN Entrevistas.

Maior porta de entrada e saída de mercadorias do Brasil, o Porto de Santos já utiliza cerca de 90% de sua capacidade instalada para o transporte de contêineres e deve chegar ao esgotamento total até 2028, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A licitação do STS10 foi idealizada pelo então ministro de Infraestrutura do governo Bolsonaro e foi aguardada pelo mercado desde então.

Ao confirmar a licitação, Silvio Costa Filho anula opções que vinham sendo ventiladas. Por exemplo: a ampliação contratual de terminais vizinhos ou que já ocupam a área prevista do STS10.

No modelo planejado pelo ministério, em alinhamento com a Casa Civil, serão quatro berços de atracação (o projeto original anterior a três berços), o que ampliará em 50% a capacidade de contêineres.

A previsão é de um investimento de aproximadamente R\$ 3 bilhões — o maior para um terminal de cargas leilado à iniciativa privada.

Atualmente, Santos recebe cerca de 6 milhões de contêineres por ano. A ideia é aumentar essa capacidade para 9 milhões de unidades.

Além disso, a empresa vencedora terá o compromisso de implantar novo terminal de passageiros, que hoje recebe cerca de 1 milhão de cruzeiristas por ano. O novo terminal de passageiros não deve interferir na operação da área de contêineres.

Hoje, duas empresas dividem praticamente pela metade o atendimento à demanda das cargas no porto: a Santos Brasil e a BTP.

O Grupo Opportunity anunciou no mês passado a venda, para a companhia de navegação francesa CGA CGM, do controle da Santos Brasil por R\$ 6,3 bilhões. A BTP é controlada pelas empresas de transporte marítimo Maersk e MSC.

Isso redimensiona as discussões sobre liberar ou não a participação de armadores (companhias de navegação) na disputa do STS10.

Os defensores afirmam que a “verticalização” do setor é uma tendência mundial e reduz custos. Os críticos apontam que deixar a entrega de cargas em terra firme, nas mesmas mãos de quem faz o transporte, pode facilitar uma “cartelização”.

Nesse ponto, Costa Filho evita compromissos. “Na hora certa, vamos apontar à sociedade”, disse.

Ao todo, segundo Silvio Costa, a intenção do governo é leiloar mais 30 propriedades portuárias — em todo o país — até 2026. Essas instalações deverão receber investimentos de R\$ 9,3 bilhões.

Ainda segundo o ministro, todo o mercado nacional e internacional poderá participar do leilão.

**Fonte:** O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

**Data:** 22/10/2024

## MSC FAZ ACORDO PARA COMPRA DO CONTROLE DA WILSON SONS POR R\$ 4,35 BILHÕES

**Informações:** CNN Brasil (21 de outubro de 2024)

A ação da Wilson Sons encerrou na sexta-feira (18) cotada a R\$ 17,85, um dia depois da empresa confirmar que seu controlador estava negociando a venda do total de sua participação na companhia

A ação da Wilson Sons encerrou na sexta-feira (18) cotada a R\$ 17,85, um dia depois da empresa confirmar que seu controlador estava negociando a venda do total de sua participação na companhia

O grupo europeu de transporte marítimo MSC acertou acordo para comprar o controle da Wilson Sons por um valor equivalente a R\$ 17,50 por ação, informou a companhia brasileira de serviços portuários em fato relevante publicado nesta segunda-feira (21).

A controladora da Wilson Sons, OW Overseas, vai vender sua participação de 56,47% na companhia, equivalente a 248.664.000 ações, dando ao negócio um valor de R\$ 4,35 bilhões, segundo o documento.

A ação da Wilson Sons encerrou na sexta-feira (18) cotada a R\$ 17,85, um dia depois da empresa confirmar que seu controlador estava negociando a venda do total de sua participação na companhia.

A transação precisa de aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a expectativa da Wilson Sons é que o negócio seja concluído no segundo semestre de 2025.

Como conclusão, a SAS Shipping Agencies Services Sàrl, conjuntamente integrante da MSC, vai lançar uma oferta pública de aquisição das ações remanescentes da Wilson Sons nas mesmas condições do combinado com a OW Overseas.

O segundo maior acionista da Wilson Sons é a Tarpon Capital, com 12,11%. A Radar Gestora detém outros 9,62%, segundo dados da companhia.

**Fonte:** O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

**Data:** 22/10/2024

## PORTO DE SANTOS BATE NOVO REGISTRO NA ENTREGA DE CONTÊINERES

**Informações:** Autoridade Portuária de Santos (21 de outubro de 2024)



**Presidente da APS comemora a superação da marca dos quatro milhões de TEU em 2024 – Foto: APS**

O Porto de Santos bateu novo recorde de entrega de contêineres em 2024, rompendo a casa dos quatro milhões de TEU (unidade equivalente a vinte pés, medida padrão do contêiner de 20 pés). Em toneladas, a movimentação também foi recorde, com 44,5 milhões de toneladas neste tipo de modalidade, entre janeiro e setembro deste ano.





O crescimento do movimento de contêineres no Porto de Santos foi de 15,8% em relação a 2023, quando o total foi de 3,5 milhões de TEU entre janeiro e setembro. Foram cerca de 1,2 milhão de unidades a mais que passaram pelo parque portuário santista no período.

Recebendo a distribuição em toneladas, o aumento no ano foi de 21,6%. Em 2023, foram registradas 36,57 milhões de toneladas de carga nos contêineres, enquanto em 2024 já são 44,47 milhões.

“Os números não mentem e mostram que estamos no caminho certo, calibrando a expansão, com boa qualidade dos serviços e o respeito às cidades do entorno”, afirmou o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, lembrando ainda a atenção dada ao caráter multipropósito do Porto de Santos e à geração de empregos.

As mercadorias em contêineres têm maior valor agregado do que as transportadas a granel, entretanto, mesmo os produtos que partem – em sua maioria – a granel são beneficiados. Um exemplo é o açúcar, 2ª carga mais movimentada em Santos, da qual 12,5% foram embarcadas em contêineres (2,6 milhões num total de 20,8 milhões).

Considerando apenas o mês de setembro, também recorde, o aumento em relação a 2023 foi de 21,7%. Foram 483,6 mil TEU contra 397,5 mil no ano passado.

O Porto de Santos segue como principal porto da América do Sul, 43º do mundo em movimentação de contêineres e 2º da América Latina, abaixo no ranking apenas de Colón, no Canal do Panamá, onde 86% do movimento é de transbordo.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 22/10/2024*

## **MOVIMENTAÇÃO DOS PORTOS PARANAENSES CRESCE 8,6% DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2024**

*Informações: Revista Cultivar (21 de outubro de 2024)*

O desempenho foi puxado, principalmente, pela exportação de grãos de soja, açúcar, contêineres, fertilizantes e cereais

A movimentação nos Portos de Paranaguá e Antonina cresceu 8,6% de janeiro a setembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2023. O volume de importação e exportação passou de 47.997.984 toneladas no ano passado para 52.133.211 neste ano – um incremento de 4.135.227 toneladas. O desempenho foi puxado, principalmente, pela exportação de grãos de soja, açúcar, contêineres, fertilizantes e cereais (trigo, malte e cevada).

De acordo com o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, os números mostram o potencial dos portos paranaenses. “Estamos constantemente melhorando a estrutura, investindo na ampliação da capacidade e também na melhoria da gestão, que é reconhecida como a melhor do País. Com isso, atendemos um mercado cada vez mais exigente que deseja exportar e importar por Paranaguá e Antonina”, disse o dirigente.

Os números foram impulsionados, principalmente, pelas exportações de grãos de soja, com 12.342.424 toneladas no período, um crescimento de 8% em relação a 2023 (11.449.461 toneladas). O açúcar também teve grande influência, tanto a granel, com aumento de 41% (4.966.915 este ano contra 3.532.977 toneladas no ano passado) quanto em saca, que aumentou em 49%: foram 676.384 toneladas em 2024 e 454.232 toneladas no ano anterior.

### **Importação**

A importação de fertilizantes cresceu 11% – de 7.057.771 toneladas em 2023 para 7.845.082 toneladas neste ano. Já os cereais tiveram aumento de 64% (de 495.252 toneladas nos primeiros nove meses de 2023, para 814.281 toneladas de janeiro a setembro de 2024. “Houve um aumento expressivo da movimentação de cereais com mais de 60% de crescimento na importação de malte,



cevada e trigo para a indústria, principalmente, cervejeira”, disse o diretor de Operações Portuárias dos Portos do Paraná, Gabriel Vieira

### Contêineres

A movimentação de contêineres também cresceu expressivamente tanto em importação quanto em exportação, alcançando a marca de 1.169.035 TEUs (medida utilizada para comprimento de contêiner de 20 pés) movimentados. O número é 34% maior do que em relação ao ano passado (875.146 TEUs).

### Setembro

O diretor de Operações Portuárias da Portos do Paraná observa o desempenho específico de setembro. Ele lembra que, apesar do período chuvoso daquele mês, e da baixa demanda na exportação de grãos e farelo de soja, Paranaguá e Antonina realizaram uma movimentação de mais de 5,7 milhões de toneladas. “Se considerarmos os últimos 12 meses acumulados de movimentação já temos 69,5 milhões de toneladas”, avalia.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 22/10/2024*



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### GOVERNO ARRECADADA R\$ 203 BILHÕES EM SETEMBRO, RECORDE PARA O MÊS EM TODA A SÉRIE HISTÓRICA

Total de tributos arrecadados nos nove primeiros meses do ano foi de R\$ 1,9 trilhão, também recorde histórico

*Por Eliane Oliveira — Brasília*

A arrecadação de impostos e contribuições contabilizada pela Receita Federal atingiu R\$ 203,169 bilhões em setembro. O valor, em termos reais (descontada a inflação do período), foi 11,61% maior do que o registrado no mesmo mês de 2023 e é o maior para setembro desde o início da série histórica, em 1995.

O total de tributos arrecadados nos nove primeiros meses do ano foi de R\$ 1,9 trilhão, também recorde histórico. O total foi 9,68% superior ao período de janeiro a setembro de 2023.

De acordo com a Receita, o acréscimo observado no período pode ser explicado pelo comportamento das variáveis macroeconômicas, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior. As cheias no Rio Grande do Sul também influenciaram nos cálculos do governo federal.

— O forte impacto do ritmo da atividade econômica se reflete no resultado da arrecadação — disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

#### Aumento da arrecadação com PIS/Cofins

Entre os destaques do mês de setembro, o Fisco destaca uma arrecadação de R\$ 45,7 bilhões de PIS/Cofins, com aumento de 18,95%. O desempenho é explicado, principalmente, pela expansão das vendas e serviços.

A Receita Previdenciária apresentou uma arrecadação de R\$ 54,5 bilhões, com crescimento real de 6,29%. Esse resultado se deve ao crescimento real de 7,28% da massa salarial e à postergação do pagamento da Contribuição Previdenciária para os municípios do Rio Grande do Sul declarados em estado de calamidade pública, de junho para setembro/24.

O Imposto sobre Importação e o IPI-Vinculado à Importação apresentaram uma arrecadação conjunta de R\$ 9,925 bilhões, representando crescimento real de 44,35%. Esse resultado decorre, basicamente, dos aumentos reais de 20,23% no valor em dólar das importações, de 12,25% na taxa média de câmbio, de 14,79% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação e de 4,24% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 22/10/2024*

## 'ESTAMOS COMPROMETIDOS EM ATINGIR META DE INFLAÇÃO', DIZ CAMPOS NETO

Presidente do BC ainda disse que governantes criam 'problemas' para seus governos ao 'minar' autonomia

*Por Thaís Barcellos — Brasília*



*Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto — Foto: Maria Isabel Oliveira/Agência O Globo*

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou, em entrevista ao canal de TV CNBC, que a autoridade monetária está comprometida em atingir a meta de inflação. Mesmo com a retomada do ciclo de alta de juros em setembro, o mercado financeiro continua elevando as expectativas de inflação. A taxa Selic está em 10,75% ao ano.

No Boletim Focus desta semana, a mediana para o IPCA deste ano subiu de 4,39% para 4,50% e do ano que vem teve alta de 3,96% para 3,99%. Atualmente, o BC trabalha para colocar a inflação na meta no primeiro trimestre de 2026. A meta é de 3,0%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%.

Campos Neto explicou na entrevista que o Brasil está em um ciclo diferente dos EUA, já que foi o primeiro BC a elevar os juros após a pandemia de Covid-19 e também o primeiro a reduzir as taxas, algo que teve início nos EUA no mês passado.

Além disso, afirmou que a atividade brasileira está muito resiliente, e o mercado de trabalho, aquecido, o que aponta para uma economia sobreaquecida (hiato do produto positivo), com expectativas de inflação desancoradas.

— Nós pensamos que era apropriado nesse momento começar a endereçar essa questão. É muito importante comunicar para as pessoas que estamos comprometidos em atingir a meta. O Brasil tem uma forte memória inflacionária — disse Campos Neto, em entrevista concedida em Washington (EUA), onde está para participar do Encontro Anual do FMI e do Banco Mundial.

O presidente do BC brasileiro também repetiu que o país precisará de um "choque positivo no lado fiscal" para que consiga atingir taxas de juros muito mais baixas do que as atuais.

— No caso do Brasil, é muito difícil imaginar uma situação à frente em que você será capaz de viver com taxas de juros muito mais baixas do que estão hoje a não ser que sejamos capazes de produzir um choque positivo no lado fiscal — disse, ponderando que a questão fiscal é global atualmente.

Questionado sobre as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os perigos dessa atitude para os governantes, Campos Neto disse que "minar a autonomia" é criar problema para o próprio governo. Para ele, a autonomia do BC é muito importante para os governantes, porque reduz riscos associados ao país e melhoram o funcionamento de todas as políticas.

— Ao minar a autonomia do BC, o que vários líderes estão fazendo é criando problemas para seus próprios governos. eles poderiam estar indo melhor se não fizessem isso.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 22/10/2024

## BRASIL PEDIRÁ 'COERÊNCIA' A PAÍSES DO G20 PARA EVITAR BARREIRAS E DISCRIMINAÇÃO AO COMÉRCIO MUNDIAL

Ministros de comércio e investimentos das maiores economias do planeta se reúnem na quinta-feira, em Brasília

Por Eliane Oliveira — Brasília



*Agricultura brasileira pode ser afetada por leis ambientais — Foto: Pablo Jacob/16-7-2021*

O Brasil pedirá "coerência" na elaboração de leis domésticas para o desenvolvimento sustentável, para evitar a proliferação de barreiras comerciais, na reunião de ministros de Comércio e Investimentos do G20, em Brasília, na próxima quinta-feira. A ideia é criar parâmetros que impeçam restrições nos negócios a partir do uso de questões ambientais como justificativa.

Os negociadores brasileiros evitam citar exemplos específicos, mas o caso da União Europeia, que aprovou uma lei que proíbe a importação de produtos oriundos de áreas desmatadas, legal ou ilegalmente, até 2020, é um exemplo emblemático que poderá afetar as exportações brasileiras. A medida entraria em vigor em janeiro de 2025, mas teve a vigência adiada por um mês, a pedido do Brasil e outros países exportadores.

A vinculação entre o comércio e o desenvolvimento sustentável é defendida pelo Brasil, que presidirá, até o mês que vem, o grupo formado pelas maiores economias do mundo. Porém, um dos princípios defendidos, em que um consenso é considerado difícil entre os países do G20, é a não discriminação.

— A relação entre comércio e desenvolvimento veio para ficar — disse a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Tatiana Prazeres.

O diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Fernando Pimentel, disse que todos os países têm legitimidade para fazer legislações sustentáveis. Mas afirmou que as iniciativas em curso precisam ser coerentes com a realidade, sem abusos.

— A questão que a gente acha importante, neste momento, é que, pelo menos, haja alguma coerência, algum nexos, para evitar cada medida disparando para um lado, criando um tipo de obrigação ou de regulação. Não estamos apontando especificamente para nenhuma medida, mas dando essa mensagem — afirmou Pimentel.

Assim como no comércio, o Brasil também defende que a declaração final da cúpula de líderes do G20, que acontecerá no Rio, em novembro, contenha a relação entre investimentos e desenvolvimento sustentável em acordos internacionais. Isso significa que esses tratados, além de gerar emprego e renda, devem ter cláusulas em favor do meio ambiente, dos direitos humanos, contratação de mulheres, entre outros pontos.

São, ainda, prioridades do Brasil na presidência do G20 a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a maior participação das mulheres no comércio internacional.

De acordo com Tatiana Prazeres, o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia pode ser discutido separadamente com representantes do bloco europeu. O vice-presidente Geraldo Alckmin, que também está à frente do MDIC, conversará sobre o tema, nesta quarta-feira, em reunião com Valdis Dombrovskis, responsável pelo comércio na UE.



Fonte: O Globo - RJ  
Data: 22/10/2024

## REFORMA TRIBUTÁRIA: SENADO DEVE OUVIR GOVERNADORES E PREFEITOS ANTES DE VOTAR REGULAMENTAÇÃO

Relator, porém, afirma que Casa tem compromisso de votar o texto após as eleições  
Por **Thaís Barcellos** — Brasília



Senador Eduardo Braga — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Os senadores devem ouvir os governadores e representantes de municípios sobre os principais pontos da regulamentação da Reforma Tributária antes de votar o projeto de lei no plenário do Senado, conforme previsão do plano de trabalho da proposta.

O relator do projeto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), disse que vai entregar o plano à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na tarde desta sexta-feira, mas já adiantou alguns pontos em sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta manhã. A ideia é que o plano já seja discutido na CCJ nesta quarta-feira.

Segundo Braga, foi um pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a realização de duas audiências públicas temáticas no plenário do Senado para discutir o aspecto federativo da regulamentação. A primeira contaria com a participação dos governadores e a outra com as entidades que representam os municípios, como Confederação Nacional de Municípios e a Frente Nacional de Prefeitos, de modo a ouvir os pequenos, médios e grandes municípios.

Mas o senador indicou que também há preocupação com o tempo, considerando que a Casa se comprometeu a aprovar o projeto logo após o segundo turno das eleições municipais.

— Estamos às vésperas do início do mês de novembro. O Senado anunciou, em agosto, que faria um esforço para fazer a votação dessa importante matéria logo após o segundo turno das eleições, por entender que é uma matéria que precisa da participação efetiva dos senhores senadores e senadoras, que não faria no período eleitoral — disse Braga.

O relator afirmou que vai se reunir hoje à tarde com Pacheco, que se encarregou da articulação do projeto com todos os Poderes envolvidos, para que as mudanças realizadas no Senado sejam respeitadas em votação final na Câmara e na sanção do projeto pelo presidente da República.

— Teremos que negociar o nosso texto com a Câmara e com o Executivo, porque restará à Câmara a palavra final sobre o projeto — disse Braga. — Em função disso, o presidente Rodrigo chamou a si a negociação com todos os Poderes envolvidos: o Poder Legislativo, Câmara dos Deputados, Poder Executivo, Ministério da Fazenda. E está na construção desse entendimento, para que as mudanças que porventura venham acontecer no Senado sejam efetivas — explicou.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 22/10/2024

## 'VAMOS COBRAR CADA CENTAVO DA ENEL', DIZ SILVEIRA, QUE PRESSIONA ANEEL A ANALISAR INTERVENÇÃO

Agência reguladora disse que tirar concessão da empresa seria "medida extrema"; ao GLOBO, ministro afirmou que Enel não é "empresa séria"

Por **Renata Agostini** — Brasília



*O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista ao GLOBO — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, abriu nova ofensiva contra a Enel, concessionária responsável pela distribuição de energia na cidade de São Paulo. Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que vai acionar a companhia na Justiça para viabilizar o pagamento de uma indenização aos moradores afetados pelo apagão, enquanto pressiona a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a dizer se há base para intervenção

ou rompimento do contrato com a empresa italiana.

Segundo ele, o governo estuda uma forma de indenizar as 850 mil famílias que ficaram mais de 24 horas sem energia em São Paulo. A ideia é efetuar o pagamento aos moradores da capital paulista enquanto o governo cobra na Justiça os valores da italiana Enel. A maneira como a União fará esse pagamento aos paulistanos ainda não está definida, mas a estimativa é de um gasto de cerca de R\$ 300 milhões.

Essa indenização se somaria ao ressarcimento pelos danos causados devido à falta de luz, como a perda de eletrodomésticos e eletrônicos. O contrato de concessão do serviço já obriga a Enel a cobrir esse tipo de custo, diz Silveira.

- Vamos cobrar cada centavo da Enel e ela, se quiser, entra em seguida com uma ação cobrando da Prefeitura. Se a Enel fosse uma empresa correta, ela já estaria dando declarações contundentes cobrando o poder público municipal - diz o ministro.

Ele se refere às quase 1.500 árvores que caíram durante o temporal. Esse fato, na visão do ministro, mostra que não houve "diligência" por parte da Prefeitura.

Silveira enviou novo ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) neste domingo, solicitando a "abertura imediata" de processo administrativo contra a Enel. No documento, o MME nota que, a despeito dos eventos recentes, o procedimento não foi instaurado.

O ministro afirma que, desde o ano passado, enviou nove ofícios à Aneel pedindo providências e propondo medidas contra a Enel, mas a agência manteve postura morosa ao lidar com o caso.

- Não confiando na diretoria da Aneel, estou requerendo que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-geral da União (CGU) acompanhem o procedimento. Se a escolha fosse exclusivamente minha, a Enel já estaria fora imediatamente pelo serviço que presta em São Paulo - diz Silveira.

A prerrogativa de intervir ou declarar a caducidade no contrato, contudo, depende da atuação da agência reguladora, com quem Silveira declarou guerra recentemente. Uma denúncia do MME impulsionou a abertura pela CGU de uma auditoria na Aneel.

Em resposta ao Siveira, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, enviou correspondência ao MME dizendo que interromper o contrato com uma concessionária seria "medida extrema" e que, por isso, deve ser aplicada somente quando medidas de fiscalização não são efetivas.

- É necessária grande robustez na instrução de um processo dessa natureza, garantindo ampla defesa e contraditório e respeito à legislação e aos regulamentos vigentes, para que não reste dúvida quanto à necessidade da caducidade da concessão para a readequação do serviço prestado na área de concessão - diz trecho do documento.

Silveira reconhece que medidas contra a Enel não são simples de serem tomadas. A intervenção é menos gravosa, mas só pode ser levada adiante caso a análise do contrato aponte infrações severas que possam justificá-la. Não está claro se é o caso da Enel.



Já a caducidade, além de depender de quebra de contrato, implica em custos potenciais à União. Silveira diz que se fosse declarada hoje, a Enel teria de receber cerca de R\$ 10 bilhões do governo a título de indenização por investimentos feitos e não amortizados.

Ainda assim, diz Silveira, a Aneel está demorando a se posicionar e dizer o que pode e deve ser feito no caso.

O ministro afirma que é necessário abrir diálogo com o comando da empresa em busca de uma solução. O MME decidiu chamar ao Brasil o presidente global da companhia diante da aparente falta de autonomia do comando no país, disse Silveira.

- Cobraremos cada centavo da Enel para que nenhum outro consumidor financie essa negligência - diz o ministro.

Em nota, a Enel afirmou que reitera seu compromisso em cumprir as exigências necessárias para fazer frente aos eventos climáticos no Brasil. A companhia disse que, entre 2024 e 2026, investirá US\$ 3,7 bilhões no país. De acordo com a empresa, parte do investimento será voltado à modernização da rede para torná-la "mais resiliente e resistente a eventos climáticos, como sistemas de automação". A Enel afirma ainda que "cumpre seu contrato de concessão em São Paulo e está ampliando a contratação de eletricitistas próprios para atuar em campo, sendo 1,2 mil novos profissionais contratados em São Paulo até março de 2025".

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 22/10/2024*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### PROGRAMA DE R\$ 58 MILHÕES PARA CULTURA BENEFICIA ONGS LIGADAS A ASSESSORES DE MINISTÉRIO E PETISTAS

Governo criou comitês de cultura nos estados e começou a repassar recursos, por dois anos, para difusão e fomento de ações e projetos culturais; ministério diz que as seleções foram baseadas na capacidade técnica e na qualificação dos contemplados e que não cabe à pasta julgar a filiação partidária dos coordenadores

*Por Vinícius Valfré*

BRASÍLIA – O governo federal criou um programa para difusão de cultura nos Estados que beneficia ONGs (Organizações Não Governamentais) ligadas a dois assessores do próprio Ministério da Cultura e a militantes do PT. Em dois anos, os "comitês de cultura", instituídos pela ministra Margareth Menezes, serão financiados com R\$ 58,8 milhões, ao todo.

Entre os contemplados também está um empresário do Mato Grosso que responde por suposto envolvimento com uma quadrilha acusada de crimes como peculato, desvio de recursos e lavagem de dinheiro. Ele foi alvo da Operação Pão e Circo, do Ministério Público estadual, que investiga desvios milionários na Cultura do Estado.

Em nota, o ministério afirmou que as seleções foram feitas com base na capacidade técnica e na qualificação profissional dos contemplados, ressaltou que os órgãos internos não apontaram conflitos de interesses e que não cabe julgamento da pasta sobre a filiação partidária de coordenadores (leia mais abaixo).

Os primeiros repasses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para as ONGs foram viabilizados entre dezembro e julho, perto do início da campanha eleitoral. As próximas parcelas estão previstas para novembro. Um dos principais contemplados concorreu a vereador, recebeu a

ministra para lançamento do comitê enquanto pré-candidato e usou o mesmo espaço para atividades da própria campanha.



**A ministra Margareth Menezes, da Cultura, em junho deste ano, durante evento de lançamento do comitê de cultura do Paraná e do Laboratório de Culturas Digitais, em Curitiba Foto: Filipe Araújo / Ministério da Cultura**

políticas culturais, apoio à elaboração de projetos, comunicação social e difusão de informações sobre políticas culturais”.

Criado em setembro de 2023, o Programa Nacional de Comitês de Cultura (PNCC) estabeleceu comitês nas 27 unidades da federação. O plano consiste em contratar entidades culturais para coordenar atividades de fomento nos Estados. Cabe a elas realizar “ações de mobilização social, formação em direitos e

A seleção dessas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para as coordenações se deu por meio de edital lançado em outubro passado – segundo a definição usada pelo Sebrae, OSC pode ser usado como sinônimo de ONG. Os termos de colaboração das entidades com o ministério foram firmados em dezembro. De lá para cá, o governo já pagou cerca de 26% dos R\$ 58 milhões.

No Distrito Federal, a ONG contemplada para liderar o comitê é a Associação Artística Mapati, uma conhecida fomentadora da cultura em Brasília. Até 23 de janeiro de 2023, ela tinha como vice-

presidente o historiador Yuri Soares Franco, secretário de cultura do PT-DF. Como número 2 da entidade, ele falava em nome dela em eventos do segmento e no Congresso.



**O hoje assessor da secretaria-executiva do Ministério da Cultura Yuri Franco com o presidente Lula, em registro de 2022 Foto: @yurisfranco via Instagram**

Franco renunciou à entidade 45 dias antes de ser nomeado assessor da secretaria-executiva do Ministério da Cultura. Nove meses depois de ele virar funcionário do governo, a Mapati assinou o acordo de colaboração com a pasta. Em dois anos, deverá receber R\$ 2 milhões. Até agora, foram R\$ 486 mil.

O servidor não quis comentar. Em nota, o ministério pontuou que, Yuri Franco, “não fazia mais parte dos quadros da associação quando passou a atuar” na pasta. Também “não estava na Mapati quando o edital foi lançado e não participou do processo seletivo”.

## Festa na rua da ministra com candidato a vereador em Curitiba

A ministra Margareth Menezes foi pessoalmente ao lançamento do comitê de cultura do Paraná. O ato contou com cortejo pelas ruas de Curitiba, blocos de carnaval, artistas regionais e trupes circenses. Para coordenar o programa no Estado, a selecionada foi a ONG Soylocoporti, dirigida por João Paulo Mehl.



**João Paulo Mehl, líder da ONG Soylocoporti, coordenadora do comitê do Paraná, e a ministra Margareth Menezes Foto: Filipe Araújo / Ministério da Cultura**

À época do lançamento do comitê, em junho, ele era pré-candidato a vereador pelo PT. Um mês depois, teve a candidatura homologada para sua estreia nas urnas. Apesar do





apoio de lideranças como a ministra e a presidente nacional da sigla, deputada Gleisi Hoffmann, João Paulo Mehl não foi eleito.

As atividades do comitê de cultura do Paraná ocorrem em torno do Terraço Verde, um projeto ambiental de Mehl que também funciona como braço cultural de seu grupo político. O mesmo espaço serviu para atividades da campanha eleitoral. Ele é líder de uma rede com centenas de sites, blogs e influenciadores à esquerda e já tem sido provocado para novos planos eleitorais em 2026. Em dois anos, a ONG dele receberá R\$ 2,6 milhões.

Procurado pela reportagem, João Paulo Mehl afirmou que “o Terraço Verde é um espaço privado com fins públicos” e que o uso pode ser agendado por qualquer pessoa para atividades desde que ela “compartilhe dos valores éticos e morais de um mundo ambientalmente correto, respeito aos direitos humanos e as diferenças étnicas, de gênero e religiosas”.

Também destacou que ao recepcionar a ministra ainda não tinha a candidatura homologada. Disse ainda que suas preferências políticas não comprometem a execução da política pública porque “enquanto organização não fazemos parte do atual governo e não atuamos ligados a qualquer governo.”

### **Dirigente de Manaus ganhou cargo no governo após convênio**

No Amazonas, outro militante do PT foi beneficiado pelo programa. Conforme a documentação apresentada pela própria entidade ao ministério, Ruan Octávio da Silva Rodrigues é um dos dirigentes do Instituto de Articulação de Juventude da Amazônia (Iaja), escolhido para coordenar o comitê estadual. Para a tarefa, deverá receber R\$ 2 milhões do Ministério da Cultura.

Em março deste ano, já com o comitê sob a coordenação do Iaja formalizado, ele teve passagens custeadas pelo governo para participar da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Durante a estadia na capital federal, aproveitou para ir a um “encontro com a diplomacia cubana” na sede do diretório nacional do PT.

“Uma troca cultural importante. Na oportunidade falei sobre a minha relação com Cuba e a nossa experiência na articulação entre os países”, escreveu nas redes sociais.

Dois meses depois dessa peregrinação por Brasília e cinco meses depois do convênio com a pasta, ele ganhou um cargo comissionado. Foi nomeado, em maio, coordenador do escritório do ministério no Amazonas. Na campanha eleitoral deste ano, o militante partidário atuou pela eleição de Anne Moura, secretária nacional de Mulheres do PT, a vereadora de Manaus. Ela não venceu.

Oficialmente à frente do Iaja está Marcos Jeremias Rodrigues. Em 2018, ele participou de um ato em Manaus no qual associou o então presidente Jair Bolsonaro a nazista.

Ruan Octávio não respondeu aos pedidos de comentários. Sobre o caso dele, o ministério afirmou que o servidor “se descompatibilizou da OSC antes da assinatura da parceria” e que Ruan foi convidado para coordenar o escritório em Manaus porque “é um membro destacado da comunidade cultural do Amazonas”.

Marcos Rodrigues afirmou que o colega teve, mas não tem mais relação com o instituto e que as atividades da entidade e do escritório do ministério em Manaus são diferentes.

“Não posso dizer que ele não teve uma participação, isso é público. Ele foi diretor, teve uma participação e deixou o cargo dentro desse processo, passou um tempo fora e depois assumiu suas atribuições no Ministério da Cultura. Não existe nenhum vínculo hoje do Ruan com o Iaja, nem política nem com interferência, até porque temos conjunto de instruções normativas”, comentou.

Rodrigues também pontuou que sua manifestação contra Bolsonaro não direciona seu trabalho de gestor de uma política pública para determina grupo ou partido.



“Eu trabalhei na campanha, precisava trabalhar. Sabia que o material podia causar certo problema, mas estava cumprindo uma função. Era cabo eleitoral”, disse. “Os comitês de cultura têm política de ampliação de acesso à política cultural, mas não com olhar partidário. Têm olhar voltado à sociedade. Então, meu olhar sobre partidos, de direita ou esquerda, não assume um campo definido. Não tenho um lado dentro dessa construção. Meu lado é o da cultura e o da sociedade civil.”

### **Produtor de comitê potiguar é engajado na disputa em 2º turno em Natal**

No Rio Grande do Norte, a ONG coordenadora do comitê é a Associação Grupo de Teatro Facetas, Mutretas e Outras Histórias, de Rodrigo Bico. A entidade vai receber, até o final do programa, R\$ 1,7 milhão. Candidato a vereador de Natal pelo PT em 2020, este ano ele entrou de cabeça na campanha de Natália Bonavides (PT) à prefeitura da capital potiguar.

Uma postagem feita por ele nas redes sociais é uma das marcas da disputa em segundo turno entre a petista e o candidato Paulinho Freire (União). Na publicação, Bico se referiu ao candidato adversário como “um homem, branco, velho e heterossexual”.

O perfil de Bonavides curtiu o post e o caso foi judicializado. A Justiça Eleitoral mandou tirar o conteúdo do ar com base nos dispositivos que proíbem publicações preconceituosas.

Rodrigo Bico disse que enviaria uma manifestação à reportagem sobre as questões apontadas, mas não o fez até a publicação.

### **Investigado por desvio na Cultura é contemplado pelo ministério**

A entidade selecionada para coordenar o comitê de cultura do Mato Grosso é o Instituto Mato-grossense de Desenvolvimento Humano (IMTDH). A ONG está em nome de Plínio Marques, o Plínio Katmandu. Ele, no entanto, evita se envolver diretamente nos eventos do comitê e delega as funções sob o argumento de que exerce funções internas.

Plínio é um dos alvos de uma investigação do Ministério Público que apura fraude em contratos na área cultural no Mato Grosso e lavagem de dinheiro. Os crimes teriam sido cometidos entre 2011 e 2018. Marques aparece como réu em uma denúncia oferecida à Justiça em 2022 por suspeitas de peculato e organização criminosa.

Ao manter, em abril, uma decisão de fevereiro que bloqueou bens do empresário e produtor cultural, o desembargador Rondon Bassil Dower Filho afirmou que a denúncia “narra pormenorizadamente a ocorrência (em tese) de crimes contra os cofres públicos, praticados mediante fraudes em convênio do governo do estado com as áreas de cultura e lazer”.

Plínio Marques, por meio de outra entidade, teria atuado “em conluio com outras pessoas para beneficiar-se com o direcionamento de contratações superfaturadas e desviar recursos públicos”. “Ao que se tem, são muitos os elementos indicativos de possíveis delitos em prejuízo à Fazenda Pública”, pontuou o magistrado da Terceira Câmara Criminal do tribunal mato-grossense.

Em nota, o comitê de cultura do Mato Grosso pontuou que o envolvimento de Plínio Marques na Operação Pão e Circo não diz respeito ao IMTDH e que na época dos fatos investigados ele era somente sócio minoritário de uma das empresas prestadoras de serviços à associação investigada.

“Seria imprudente, portanto, associar tais acusações, que dizem respeito à investigação de outra OSC, em anos passados, ao trabalho desenvolvido com seriedade e dedicação do IMTDH que, dentre outras coisas, desenvolveu em 2023 a 5ª Conferência Estadual de Cultura de Mato Grosso, e gere com grande destaque o Comitê de Cultura, democratizando o acesso às produções artísticas e culturais, bem como cumprindo as metas de formação, mobilização pública e comunicação sobre as políticas culturais no Estado”, destacou.

O empresário reafirmou que não tem participação nos crimes investigados. “Fui arrolado como réu, assim como foram outros tantos empresários prestadores de serviço, já que a investigação busca analisar os motivos de tal associação desenvolver eventos grandiosos por longo prazo. O processo

está em andamento e estamos aguardando a finalização, quando imagino que não haverá nada que associe tal situação à minha pessoa”, disse Plínio Marques.

### **Cultura: escolha rigorosa, baseada em critérios técnicos e sem conflito de interesses**

O Ministério da Cultura afirmou que todas as seleções foram feitas a partir de um edital e que tiveram como base a capacidade técnica e a qualificação profissional dos contemplados. Também destacou que os órgãos internos da pasta não apontaram conflitos de interesses. Sobre a militância partidária de coordenadores, a pasta chefiada por Margareth Menezes ressaltou que não cabe julgamento sobre a preferência.

Em nota, disse também que a primeira etapa da seleção se deu de forma “cega”, sem que a equipe que recebeu as propostas soubesse quem eram os proponentes.

“Todas as instituições selecionadas obedeceram a critérios técnicos, não havendo questionamentos sobre as propostas de trabalho avaliadas. O processo que selecionou as OSCs foi rígido, a comissão de seleção foi composta, em sua maioria, por servidores públicos, garantindo viés técnico. A análise foi cega, ou seja, os julgadores não tinham conhecimento sobre quem estava concorrendo. Após a primeira etapa, foram verificados os documentos e currículos que comprovaram a ampla experiência, histórico de atuação na área sociocultural das OSCs e a qualificação profissional das organizações contempladas”, frisou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 22/10/2024*

## **CSN ENTRA COM AÇÃO CONTRA DONA DA USIMINAS E CONSEGUE HIPOTECAR FÁBRICA DA CONFAB EM PINDAMONHANGABA**

Companhia de Benjamin Steinbruch constituiu hipoteca judiciária sobre bens e imóveis da Confab Industrial, fabricante de tubos de aço que é acionista da Usiminas e pertence ao grupo ítalo-argentino Ternium/Techint

*Por Ivo Ribeiro*

Em mais um capítulo da ferrenha disputa judicial entre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o grupo ítalo-argentino Ternium/Techint, controlador da Usiminas, o empresário Benjamin Steinbruch, dono da CSN, entrou com uma ação contra os rivais na Justiça de São Caetano do Sul (SP). No processo, ele constituiu uma hipoteca judiciária, que foi aceita, das instalações (terreno e planta industrial) da Confab, fabricante de tubos de aço da Techint situada em Pindamonhangaba (SP).

Conforme documento a que o Estadão teve acesso, a hipoteca judiciária aponta avaliação de R\$ 1,742 bilhão para os bens da Confab. A ação foi apresentada à Justiça no início de agosto, na 3.<sup>a</sup> Vara Cível de São Caetano do Sul. O objetivo da hipoteca, segundo a ação, é garantir parte de recebíveis, do total de R\$ 5 bilhões, referente à multa contra a Ternium/Techint. O montante é fruto da disputa judicial que teve julgamento favorável à CSN em junho no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Ternium já recorreu da decisão no próprio tribunal.

Procurada pela reportagem para fornecer mais detalhes da constituição da hipoteca, a CSN não retornou ao pedido de entrevista. A Ternium, em nota, afirmou que a “CSN continua mentindo, tentando confundir o público investidor e abusando do judiciário brasileiro” (ver íntegra da nota ao Estadão abaixo).



Além da CSN, assinam o pedido da ação de hipoteca judiciária outras três empresas do grupo de Steinbruch: a CSN Cimentos, a Florestal Nacional e o Diplic - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.

**CSN, de Benjamin Steinbruch, venceu ação no STJ em que pedia ressarcimento de R\$ 5 bilhões por parte da Ternium Foto: Evelson de Freitas/Estadão**



A CSN e o grupo Techint, liderado pela Ternium, travam duelo na Justiça desde 2012, quando o conglomerado ítalo-argentino entrou no capital da Usiminas comprando as ações dos grupos Votorantim e Camargo Corrêa (27,7%), que faziam parte do bloco de controle da siderúrgica. A companhia de Steinbruch, que detinha 15,2% da mesma classe de ações e 20,3% de ações preferenciais, entrou na Justiça pedindo que a Ternium fizesse uma oferta pública de compra das ações (OPA) dos minoritários. Os acionistas donos de ações ordinárias, com a OPA, teriam direito de receber 80% do valor pago a Votorantim e Camargo Corrêa (na época, R\$ 36 por ação).

A empresa de Steinbruch não teve seu pleito reconhecido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), xerife do mercado de empresas abertas, e também não teve sucesso em ações na Justiça. A Ternium, com base em diretrizes legais, e com respaldo da CVM, afirmou, ao longo desse tempo, que apenas substituiu os acionistas anteriores no bloco de controle da Usiminas. Já a CSN sempre alegou que o controle foi assumido de “forma disfarçada” pela Ternium em acordo com seus sócios japoneses (à frente a Nippon Steel) na siderúrgica mineira. Ternium e Nippon negam a existência de acordo.

Neste ano, em uma reviravolta à decisão do STJ de 2023, que acatou os argumentos da Ternium, a empresa de Steinbruch obteve, por três votos a dois, decisão favorável da Terceira Turma de ministros do tribunal à sua tese de mudança de controle na Usiminas, após embargos de declaração em recurso especial.

Com o ganho da causa, ainda pendente de análise do pedido de embargo da Ternium, foi definido pagamento de multa de R\$ 5 bilhões à CSN, além de cerca de R\$ 500 milhões em ressarcimento de despesas advocatícias.

### **Contra-ataque do grupo ítalo-argentino**

Sobre a ação de hipoteca judiciária da CSN, a Ternium afirma, em nota ao Estadão, que a “CSN continua mentindo, tentando confundir o público investidor e abusando do judiciário brasileiro. Depois de falsamente acusar as empresas do Grupo Techint de adquirir o controle isolado da Usiminas (quando na verdade comprou uma participação minoritária de 27%), e de caracterizar como uma ‘série de investidas contra o judiciário brasileiro’ o legítimo exercício dos direitos legais das empresas do Grupo Techint de corrigir uma decisão judicial errada, agora, abusa do mecanismo de hipoteca judicial.”

“A hipoteca judicial está prevista na lei brasileira para proteger o credor frente a um potencial descumprimento futuro de um devedor insolvente, que não é o caso das empresas do Grupo Techint. A CSN utiliza esse instrumento como um factóide quando não tem uma sentença firme que possa executar.”

“Em qualquer caso, a hipoteca que a CSN registrou em relação à planta da Confab não tem efeito prático e não a coloca em risco nem afeta suas operações. O Grupo Techint confia que essas manobras da CSN serão oportunamente corrigidas e o judiciário brasileiro reconhecerá a CSN pelo que é: um competidor desleal que quer prejudicar a sua principal concorrente, a Usiminas.”

“Importante destacar que a CSN assinou um acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para vender a participação ilegal que ela tem na Usiminas, mas ela busca manobras criativas para descumprir a lei da concorrência do Brasil”.

A longa disputa de mais de 12 anos entre Ternium e CSN não tem trégua. O acirramento dos lados se verifica no dia a dia desde o desfecho na Justiça, com movimentos de executivos, das áreas jurídicas das empresas e bancas de advogados famosos de cada lado. O embate ganhou novo episódio na quinta-feira, 17, com a publicação pela companhia de Steinbruch de uma “nota de esclarecimento”, em página inteira, em jornais de grande circulação do País.

Na nota, a CSN questiona o comportamento do “Grupo Ternium Techint”, a quem acusa de tentar instrumentalizar a jurisdição constitucional para satisfazer interesses e caprichos de empresas



privadas, sobretudo interesses ilegítimos de empresas estrangeiras”. Aponta ainda que “o patrimônio da Usiminas foi usado” pelo grupo para adquirir seu poder de controle na empresa em detrimento da própria controlada” e de todos os demais acionistas. E completa informando que “a Usiminas continua a ser manejada por seu controlador em detrimento dos minoritários, o que motivará novas medidas pela CSN”.

### Quem está na briga

A Confab Industrial S/A é uma empresa controlada da Tenaris, maior companhia produtora de tubos de aço do mundo. Por sua vez, a Tenaris é controlada pelo grupo empresarial Techint, que foi fundado em 1945 na Itália e cujo dono é a família Rocca, liderada pelo empresário Paolo Rocca. Com instalações industriais no distrito de Moreira César, em Pindamonhangaba, a empresa tem capacidade de fabricar 520 mil toneladas por ano de tubos de aço com costura, produto que é utilizado em diversas aplicações, principalmente em oleodutos e gasodutos.

Fundada em 1943 pela família Vidigal e adquirida em 1999 pela Techint, a Confab é uma das acionistas do bloco de controle da Usiminas, juntamente com Ternium Investments (maioria das ações e atual líder na gestão da siderúrgica brasileira), Ternium Argentina e Prosid Investments, que compõem as empresas da Techint no capital da Usiminas. A fabricante de tubos, que registrou faturamento de R\$ 1,9 bilhão em 2022, detém 6,7% de ações ordinárias da siderúrgica.



**Paolo Rocca, dono do grupo Techint, que controla a Ternium Foto: Creative Commons**

O grupo ítalo-argentino comandado por Rocca é um gigante empresarial que tem 93 mil funcionários no mundo e registrou em 2023 receita líquida de US\$ 39,2 bilhões (aproximadamente R\$ 220 bilhões ao câmbio atual). O grupo tem atividades desde a fabricação de aços planos e longos (Ternium), tubos de aço para indústria de óleo e gás (Tenaris), engenharia e construção (Techint E&C) até petróleo (Tecpetrol), mineração e saúde.

No Brasil, a Ternium é a segunda maior produtora de aço, considerando Usiminas, com operações em Ipatinga (MG), Cubatão (SP), 70% da Mineração Usiminas (minério de ferro) e plantas industriais de transformação do aço. É dona de 100% da Ternium Brasil, no Rio de Janeiro, que tem usina de placas de aço. Na Usiminas, o grupo Techint/Ternium detém 61,3%% das ações vinculadas ao acordo de acionistas após compra no ano passado de uma parcela de ações da Nippon Steel.

A CSN, sob o controle da família Steinbruch, registrou receita líquida de R\$ 45,4 bilhões no ano passado. A empresa é a quarta maior siderúrgica do País, com ativos de aço também na Alemanha e Portugal. Detém o controle da segunda maior mineradora de ferro do País, a CSN Mineração, que abriu o capital em 2021 na B3. Em 2023, a CSN tornou-se o segundo maior fabricante de cimento do País, com a CSN Cimentos, após a compra de duas empresas que deixaram o negócio.

A companhia controlada pelos Steinbruch atua ainda na geração de energia - opera diversas hidrelétricas e uma térmica dentro da usina de aço em Volta Redonda (RJ) -, em logística ferroviária (MRS e Transnordestina) e portuária (terminal em Itaguaí (RJ), além de outros ativos.

A família Steinbruch se destacou no ramo têxtil, que se mantém liderado pela Vicunha Têxtil, até arrematar, em 1993, a CSN em leilão de privatização. A CSN era líder de um consórcio, que, quatro anos depois se articulou para adquirir a Vale em leilão. Esses movimentos marcaram a estreia de Steinbruch no negócio de aço e mineração. Em 2001 a empresa saiu da Vale numa operação de troca de ações com seus sócios. O Grupo Vicunha, além da CSN e da fabricante têxtil, tem ainda o Banco Fibra e outros negócios.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 22/10/2024**

### **‘ALGUNS PAÍSES USAM O MEIO AMBIENTE PARA CRIAR BARREIRAS COMERCIAIS’, DIZ CEO DA EMBRAER**

Francisco Gomes Neto diz que G-20 precisa tratar desse tema; países devem fazer revisão de barreiras comerciais adotadas nos últimos três anos e unificar os critérios de sustentabilidade do comércio

*Por Beatriz Bulla*



#### **Entrevista com Francisco Gomes Neto - CEO da Embraer**

Se, de um lado, o avanço das preocupações de consumidores e empresas com a sustentabilidade da cadeia de fornecimento de produtos aumenta a atenção e busca por uma transição verde. De outro, abre espaço para o que os países vêm chamando de protecionismo ambiental. E este é um dos temas da pauta do G-20. “Alguns países usam o meio ambiente para criar barreiras comerciais.

Gostaríamos que o G-20 tratasse desse tema”, afirma o CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto. Ele liderou a força-tarefa do B-20, braço empresarial do G-20, sobre comércio e investimento.

“A primeira política de ação que definimos é promover regras internacionalmente aceitas para o cálculo da pegada de carbono. Assim, todos usariam a mesma regra, facilitando o entendimento e a ação dos exportadores”, afirma Neto. “Outra questão é que, nos últimos três anos, devido a isso e outros temas, observamos a introdução de várias barreiras comerciais. Portanto, também gostaríamos que o G-20 promovesse uma revisão dessas barreiras implementadas nos últimos anos para avaliar o que pode ser removido”, diz o representante do empresariado.

O B-20 sugere a unificação de critérios para o comércio internacional que considere a pegada de carbono dos produtos. Também defende que a revisão da restrição comercial imposta por países do grupo nos últimos três anos.

Os países do G-20 respondem por 75% do fluxo de comércio global. Uma das discussões presentes no fórum é a conciliação dos parâmetros de sustentabilidade com as diretrizes de comércio. A criação de barreiras ao comércio internacional com base em diferentes parâmetros ambientais, chamado de protecionismo ambiental, têm sido uma preocupação para o setor privado. Até 2022 mais de mil leis climáticas haviam sido aprovadas desde a adoção do Acordo de Paris. No ano passado, por exemplo, o Parlamento Europeu aprovou legislação que impede que produtos oriundos de áreas florestais que foram desmatadas a partir de 1º de janeiro de 2021 sejam vendidos nos 27 países que integram a União Europeia.

O documento do B-20 sobre comércio e investimento foi elaborado em parceria com a consultoria Boston Consulting Group (BCG). “O Brasil traz temas extremamente prioritários para o centro da discussão do G-20, como a promoção do desenvolvimento sustentável; combate à fome; e a reforma dos organismos internacionais e da governança global do comércio. O B-20 Brasil também acerta muito ao propor que as forças-tarefas desenvolvam recomendações alinhadas aos temas prioritários do G-20. No caso, por exemplo, da força-tarefa de Comércio e Investimento, trabalhamos com os temas como a reforma da OMC; a promoção de cadeias de valor mais sustentáveis; a promoção da segurança alimentar por meio da garantia do livre comércio de alimentos”, afirma Masao Ukon, diretor-executivo e sócio do BCG.

O Estadão publica, desde o último dia 14, uma série de entrevistas com os CEOs e executivos brasileiros que estiveram à frente das oito forças-tarefa do B-20. Eles abordam a situação do Brasil ante os demais países, em cada uma das áreas analisadas, e como enfrentar os principais desafios econômicos contemporâneos. Também falam de como tem sido a recepção do governo Lula às propostas encaminhadas pelo setor privado.

### Leia abaixo a entrevista:

**Qual é o tema dentro da área designada de comércio e investimento que você acredita ser o mais relevante ou urgente para ser discutido este ano em termos de desafio contemporâneo para esses países?**

Esse processo todo buscou ser mais simples e focar no que consideramos mais relevante como sugestão para o G-20. Chegamos a três recomendações.

Talvez me arrisque a dizer que, se tivesse de escolher um, escolheria a sustentabilidade da cadeia de valor. O que isso significa? É sobre o que vemos hoje no mundo, onde alguns países usam o meio ambiente para criar barreiras comerciais. Gostaríamos que o G-20 tratasse desse tema.

Cada recomendação foi acompanhada de duas políticas de ação que sugerimos. No caso das cadeias de valor impactadas por regulação ambiental, há situações em que, por exemplo, queimadas na Amazônia geram restrições na importação de produtos do Brasil.

A primeira política de ação que definimos é promover regras internacionalmente aceitas para o cálculo da pegada de carbono. Assim, todos usariam a mesma regra, facilitando o entendimento e a ação dos exportadores.



*Até 2022 mais de mil leis climáticas haviam sido aprovadas desde a adoção do Acordo de Paris. No ano passado, por exemplo, o Parlamento Europeu aprovou legislação que impede que produtos oriundos de áreas florestais que foram desmatadas a partir de 1º de janeiro de 2021 sejam vendidos nos 27 países que integram a União Europeia. FOTO - DANIEL TEIXEIRA/ESTADAO Foto: Daniel Teixeira/Estadão*

Outra questão é que, nos últimos três anos, devido a isso e outros temas, observamos a introdução de várias barreiras comerciais. Portanto, também gostaríamos que o G-20 promovesse uma revisão dessas barreiras implementadas nos últimos anos para avaliar o que pode ser removido.

Esse é um ponto importante. A segunda recomendação é manter os acordos de livre comércio existentes e promover novos. Das três recomendações, se perguntassem qual mexeria mais o ponteiro, essa seria a escolha.

**Esse tema da transição e sustentabilidade foi discutido com outros líderes de forças-tarefas e passa por quase todas as áreas, não apenas pela força-tarefa de transição energética. O Brasil é visto como um player importante nesse assunto. O Brasil tem feito frente às oportunidades?**

O Brasil é um campeão em energias limpas. Comparado com o resto do mundo, a geração de energia elétrica no Brasil é majoritariamente limpa. Nesse aspecto, o Brasil está muito à frente de muitos outros países.

Recentemente, houve a sanção da lei do combustível do futuro, com anúncios de investimentos focados no biometano, gás biometano e SAF para aviação. O Brasil tem a oportunidade de ser um protagonista mundial nesse processo de transição energética, e estamos avançando, embora ainda haja desafios pela frente.

Por exemplo, precisamos de investimentos para produzir SAF em grande escala e com preço competitivo. A oportunidade está aí, e a Embraer está apoiando essa iniciativa.

**Alguns países, como os Estados Unidos e a Europa, têm capacidade de investimento muito maior para atrair esses investimentos, incluindo combustíveis do futuro. Como o Brasil consegue contornar essa diferença na capacidade de investimento para produzir SAF e entrar nesse jogo?**

Precisamos ser criativos. A parceria público-privada é um caminho, assim como parcerias estratégicas com grupos internacionais para conseguir recursos. O evento recente foi um passo importante e trouxe muita relevância ao tema.



*Francisco Gomes Neto, presidente da Embraer Foto: Divulgação/Embraer*

**Voltando para as discussões do B-20, você sentiu algum desafio ao chegar nessa recomendação, especialmente em relação às duas políticas de ação sobre sustentabilidade? Houve resistência?**

Foi mais tranquilo do que esperava. Na minha força-tarefa, havia nove co-chairs de diferentes países. Desde o início, trouxemos quatro princípios para definir as recomendações: alinhamento com o

G-20 e edições anteriores, simplicidade, pragmatismo e métricas para medir o avanço.

Essas diretrizes foram bem aceitas pelo grupo. Recebemos 360 sugestões, mas conseguimos chegar às três recomendações e às duas políticas de ação para cada uma. Começamos em janeiro e terminamos em abril, e a divulgação começou em maio. Fiquei feliz com o resultado, pois foi até mais fácil do que esperava.

**O G-20 discute os principais desafios econômicos contemporâneos. Você acredita que a sustentabilidade é a questão mais importante. Mas, não só em comércio e investimento, quais temas você gostaria de ver avanços concretos nesta edição?**

Vou usar o exemplo da Embraer. A Embraer é um caso de sucesso da indústria brasileira, competindo com empresas muito maiores internacionalmente. O sucesso se deve muito à atuação internacional da empresa, que se tornou mais competitiva e resiliente.

A padronização é importante, como a da pegada de carbono. Na aviação, temos padrões de segurança que garantem competitividade. Aplicar isso a outros segmentos pode melhorar o comércio e, conseqüentemente, a qualidade de vida e distribuição de riqueza.

**Qual é o desafio para o Brasil em relação a isso, tanto no G-20 quanto internamente?**

O Brasil busca resgatar a importância da indústria, com um programa da nova indústria que visa gerar empregos de alta qualidade. O Brasil está procurando um caminho para crescer e tornar a indústria mais relevante, aumentando as exportações. Há desafios pela frente, mas a transição energética é uma oportunidade fantástica para o Brasil, e vamos aproveitar isso.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 22/10/2024*



**VALOR ECONÔMICO (SP)**

**REVISÃO ESTRATÉGICA DA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE APOIO OFFSHORE ESTÁ MANTIDA, DIZ CEO DA WILSON SONS**

Empresa de navegação MSC (Mediterranean Shipping Company) passou à frente da gestora I Squared e fechou um acordo para a compra do controle da operadora portuária Wilson Sons

*Por Taís Hirata, Valor — São Paulo*

Mesmo após o anúncio da venda do controle para a MSC, a Wilson Sons seguirá com seu processo de revisão estratégica do negócio de embarcações de apoio offshore, que poderá levar à venda da divisão. Caso a alienação do ativo se concretize, não haverá revisão do preço pactuado com a MSC, segundo o presidente da Wilson Sons, Fernando Salek.



“O processo continua inalterado. Em caso de sucesso não há previsão de ajuste de preço”, disse ele, em teleconferência com analistas, realizada nesta terça-feira (22).



**Terminal de contêineres Rio Grande (RS) da Wilson Sons — Foto: Divulgação/Wilson Sons**

No dia 23 de setembro, a companhia anunciou ao mercado a contratação dos assessores financeiros Pareto Securities para “auxiliar na avaliação de oportunidades estratégicas, que podem incluir a alienação das participações acionárias detidas pela Companhia e pelo Grupo Ultrnav” na joint venture de embarcações de apoio offshore. No comunicado, a empresa afirmou que “tal avaliação de oportunidades estratégicas está em estágio inicial e não há certeza quanto ao seu resultado”.

A empresa de navegação MSC (Mediterranean Shipping Company) passou à frente da gestora I Squared e fechou um acordo para a compra do controle da operadora portuária Wilson Sons. Na segunda (21), a empresa anunciou que seu controlador, a Ocean Wilsons, firmou a venda de sua participação na empresa, de 56,5%, por R\$ 4,35 bilhões.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 22/10/2024**

## MSC FECHA ACORDO PARA COMPRAR WILSON SONS

Grupo de navegação atravessa a I Squared e oferece R\$ 4,35 bi por 56,5% da Ocean Wilsons  
**Por Felipe Laurence e Taís Hirata — De São Paulo**

A empresa de navegação MSC (Mediterranean Shipping Company) passou à frente da gestora I Squared e fechou um acordo para a compra do controle da operadora portuária Wilson Sons. Na segunda (21), a empresa anunciou que seu controlador, a Ocean Wilsons, firmou a venda de sua participação na empresa, de 56,5%, por R\$ 4,35 bilhões - o preço por ação foi de R\$ 17,50.

Pelo acordo, após a conclusão da operação, a MSC também deverá fazer uma oferta pública para comprar as demais ações da Wilson Sons no mercado, sob as mesmas condições - além da controladora, são sócias a Tarpon (com 12,11%), a Radar (9,62%) e outras 21,8% das ações são negociadas na Bolsa. Com isso, a compra pode chegar a R\$ 7,7 bilhões.

A expectativa é que a operação seja concluída no segundo semestre de 2025. Ainda serão necessárias as aprovações de autoridades como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Para a MSC, uma das gigantes globais de transporte marítimo de contêineres, a compra da Wilson Sons é mais um passo em sua expansão no Brasil e na verticalização do grupo - hoje uma tendência seguida por todas as companhias de navegação.

Além de operar linhas de transporte de carga de longo curso, que conectam a costa brasileira aos portos de todo o mundo, a MSC já opera três terminais de contêineres no Brasil, por meio de sua subsidiária TIL (Terminal Investment Limited): o BTP (Brasil Terminal Portuário), em Santos, em sociedade com a Maersk; o Portonave, em Santa Catarina; e o Multi-Rio, no Rio de Janeiro. Além disso, o grupo controla a Log-in, de cabotagem.

Já a Wilson Sons tem dois terminais de contêineres, em Rio Grande (RS) e em Salvador (BA). Além disso, a empresa tem uma operação grande de rebocadores (que apoiam as manobras dos navios nos portos), divisão responsável pela maior parte da receita, e embarcações de apoio offshore.

As principais linhas de negócio são bastante atrativas para a MSC, avaliam fontes. O grupo já é um grande operador de rebocadores globalmente. Os dois terminais também são vistos como



estratégicos: o do Rio Grande do Sul, pelo potencial de expansão e se tornar um polo regional, e o de Salvador, pela presença no Nordeste, onde apenas concorrentes da MSC têm terminais hoje. Já outras atividades menores da Wilson Sons, como os ativos offshore e o estaleiro da empresa, não geram muito interesse, mas tampouco são um problema, avalia uma fonte.

A compra da Wilson Sons ganhou força para a MSC após a venda de outro operador, a Santos Brasil, ao grupo de navegação CMA CGM, há cerca de um mês, segundo fontes. A percepção é que a MSC precisava comprar um dos dois ativos - Santos Brasil ou Wilson Sons - para garantir a expansão, dado que não há muitos outros operadores do segmento disponíveis no mercado, cada vez mais verticalizado.

Segundo fontes, a incorporação dos terminais da Wilson Sons à TIL não será automática, porque a subsidiária tem outros sócios.

O acordo da Ocean Wilsons com a MSC atravessou a gestora I Squared, que na semana passada informou à Wilson Sons que avaliava fazer uma oferta de compra pela totalidade das ações da companhia até o fim do mês.

A gestora vinha em negociação com a Ocean Wilsons há meses e chegou a ter um acordo de exclusividade, entre agosto e o início de setembro. Nesse período, fontes dizem que as conversas pouco avançaram. Com o fim da exclusividade, a I Squared seguiu interessada na compra, mas a controladora se mostrou pouco engajada nas conversas, o que levou o grupo a encerrar as negociações bilaterais, na semana passada, e partir para a oferta por 100% das ações.

O anúncio não deixou claro se há multa caso a operação com a MSC seja rompida por decisão do controlador - por exemplo, caso a gestora apresente oferta superior -, mas a expectativa no mercado é que haja alguma cláusula que previna esse cenário. Para a I Squared, a operação só faz sentido se houver controle, segundo fontes. A gestora não se manifestou.

No anúncio, a Ocean Wilsons disse que a proposta recebida pela MSC é do melhor interesse dos acionistas e da companhia como um todo. “Esta transação representa a realização bem-sucedida de nosso investimento de longo prazo na Wilson Sons, demonstrando nossa capacidade de identificar oportunidades para criar valor significativo para os nossos acionistas”, afirmou.

A companhia disse ainda que, sob controle da MSC, a Wilson Sons se beneficiará de recursos e suporte adicionais. Além disso, afirmou que esse é um momento oportuno para a venda da participação de 56,8%. Segundo a Ocean Wilsons, uma proporção significativa dos recursos líquidos da operação serão devolvidos aos acionistas por meio de um dividendo especial ou um programa de recompra de ações.

O acordo também permite que a Wilson Sons pague aos seus acionistas os dividendos aprovados no último dia 11 de outubro e continue pagando dividendos em montantes equivalentes a US\$ 22 milhões por trimestre até a conclusão da operação.

Porém, após o anúncio, as ações da Wilson Sons despencaram e fecharam R\$ 16,15, uma queda de 9,52% em relação ao pregão anterior. Na última quinta (17), após a notícia, publicada pelo Valor, de que a I Squared faria a oferta pela empresa, os papéis subiram 6,28%, para R\$ 17,13. Antes de a Ocean Wilsons anunciar ao mercado o plano de vender o ativo, os papéis eram negociados a um nível bem mais baixo. No dia 9 de junho de 2023, o preço era de R\$ 10,52.

Para os analistas Victor Mizusaki e Andre Ferreira, do Bradesco BBI, a oferta da MSC ficou aquém do esperado. A expectativa era de uma proposta entre R\$ 20 e R\$ 24 por ação. Já os analistas Alejandro Demichelis, Pedro Baptista e Matthew Hose, do Jefferies, afirmaram que o acordo com a MSC é positivo e ajuda a destravar valor.

### MSC ACERTA COMPRA DA WILSON SONS

Transação pode chegar a aproximadamente R\$ 7,7 bilhões  
*Por Felipe Laurence e Taís Hirata — De São Paulo*

A empresa de navegação MSC (Mediterranean Shipping Company) fechou acordo para assumir o controle da operadora portuária Wilson Sons. A Ocean Wilsons acertou a venda de sua participação na empresa, de 56,5%, por R\$ 4,35 bilhões - ao preço de R\$ 17,50 por ação. A operação prevê oferta pública de aquisição (OPA) do restante dos papéis - além da controladora, a empresa tem como sócias a Tarpon Capital (12,11%) e a Radar (com 9,62%); outros 21,8% são negociados em bolsa. A transação pode chegar a aproximadamente R\$ 7,7 bilhões.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 22/10/2024*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ARTIGO - DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO DESCOMISSIONAMENTO, DESMANTELAMENTO E RECICLAGEM SUSTENTÁVEIS

*Por Ronald Carreteiro Estudo e pesquisa 21/10/2024 - 22:11*



recuperação ambiental da área;

O descomissionamento, o desmantelamento e a reciclagem estão vinculados ao fim da vida útil do campo explorado, ou mesmo da plataforma aplicada na produção de Óleo & Gás.

#### **Definição da ANP sobre descomissionamento:**

Trata-se de um conjunto de atividades associadas à interrupção definitiva da operação das instalações, ao abandono permanente e arrasamento de poços, à remoção de instalações, à destinação adequada de materiais, resíduos e rejeitos e à

recuperação ambiental da área;

É um processo multidisciplinar que sugere o melhor método de desativação das operações de produção, quando não há mais interesse, uma vez que se atinge 25 anos, em média, de produção, os ativos em função do estado em que se encontram, podem ser reciclados, descartados, revitalizados ou terem sua vida útil estendida.

São três as atividades fundamentais do descomissionamento: abandono do poço, a atividade submarina e a retirada da Unidade Produtora, com o cessar de sua produção.

Com o aumento no número de unidades e campos que chegam ao fim da sua vida útil nos próximos anos, o mercado brasileiro já começa a lidar com os desafios para o desenvolvimento do descomissionamento e desmantelamento sustentável nacional.

Em uma tentativa de regulamentar o processo de descomissionamento em todo mundo, a Organização Marítima Internacional (International Maritime Organisation - IMO) promulgou a Convenção de Hong Kong sobre a Reciclagem Segura e Ecologicamente Correta de Navios, em maio de 2009. Esta Convenção como já obteve o número mínimo de signatários, e entrará em vigor em julho de 2025.

A União Europeia, emitiu o seu regulamento sobre o assunto, através do Regulamento 1257/2013 sobre Reciclagem de Navios, onde os Navios com bandeira da UE deverão ser reciclados somente em uma das instalações aprovadas por este Regulamento. Conseqüentemente, os Estaleiros aprovados pela UE devem cumprir padrões de proteção ambiental e de segurança aos trabalhadores para a obtenção de um 'selo verde'.



### **Brasil – Desafios e Oportunidades**

Atualmente, quase 76 Unidades de Produção já estão com mais de 25 anos, indicando o fim de seus respectivos ciclos de vida útil. E, de acordo com a ANP, cerca de 35 destas unidades serão desativadas entre 2025 e 2030, e mais 12 até 2035, com a estimativa de dispêndios, em média, US\$ 1 bilhão por ano — fato importante, pois confere perenidade ao mercado e ao investidor.

As atividades de descomissionamento, desmantelamento e reciclagem são multidisciplinares, envolvendo além da gestão e a remoção dos resíduos de bordo, o gerenciamento de rejeitos material radioativo (NORM), serviços de corte, movimentação de carga, limpeza e inertização das estruturas, entre inúmeros serviços especializados, que impactarão a indústria naval nacional.

### **Entretanto, o mercado brasileiro apresenta alguns desafios que devem ser considerados:**

- 1) A maior parte dos campos brasileiros estão em águas mais profundas, entre 400 e 3.000 metros;
- 2) A infraestrutura brasileira é voltada para instalações flutuantes, em vez das instalações fixas de aço. E há poucas instalações que atendem os requisitos internacionais. Esperamos que não se possa mais ver casos similares ao Navio São Luiz, que saiu do Rio de Janeiro para ser desmantelado na Turquia;
- 3) A capacitação e a recapacitação da mão de obra se fazem urgentes. Sinaval e Senai já estão adotando medidas neste sentido;
- 4) O Brasil não possui ainda uma legislação em vigor, com seus próprios regramentos, fato que se constitui em um entrave para investimentos;
- 5) A exigência da retirada de todas as instalações submarinas, constitui elevado desafio, especialmente quando se tem a presença do NORM;
- 6) Restrições de locais ao longo da costa brasileira para recebimento de embarcações com coral-sol;
- 7) A necessidade de Garantias de Desativação e Abandono (GDA). A ANP identificou pontos que justificariam a mudança de abordagem na questão de GDA da seguinte forma:
  - 7.i. A proximidade do fim dos contratos de campos da rodada zero, com o Estaleiros;
  - 7.ii. a maior parte das atividades de descomissionamento e desmantelamento são realizadas ao final da vida útil do campo, fase em que a geração de receitas é bem menor, o que aumenta a incerteza quanto à disponibilidade de fundos para sua concretização;
  - 7.iii. custo elevado, e varia em função de sua localização geográfica (onshore ou offshore);
  - 7.iv. lacunas na regulamentação sobre exigências na apresentação de garantias para o descomissionamento e desmantelamento de instalações. A ABEEMAR empreendeu um Workshop este ano, para o debate do processo das garantias;
8. O Congresso Nacional, atento às oportunidades envolvendo o descomissionamento, desmantelamento e reciclagem, está analisando o PL 1.584/2021, ora tramitando na Câmara dos Deputados, com o objetivo de regulamentar as regras para o desmantelamento e a reciclagem de unidades e instalações removidas dos campos. O texto procura definir as responsabilidades dos gestores da reciclagem, do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis.

### **Conclusões e Recomendações**

1. O Brasil possui excelente potencial para absorver o mercado de descomissionamento, desmantelamento e reciclagem sustentáveis, desde que aspectos regulatórios sejam devidamente equacionados, e que se fomente um ambiente onde a segurança jurídica prevaleça;





2. As possibilidades de crescimento são incríveis para a complexa cadeia de fornecedores, pois há limitação do mercado mundial. O Brasil está entre os maiores produtores de aço do mundo e com estaleiros com grande capacidade de se envolver neste mercado, utilizando o binômio — Cais e Carreira;

3. Definição da Regulamentação, até abril de 2025, para Desmantelamento de Embarcações e Estruturas Marítimas;

3.1- O Deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), relator do PL na Comissão de Viação e Transportes (CVT), informou que o relatório será apresentado, em breve, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Lindenmeyer destaca que “há uma demanda pelo mercado de reciclagem de embarcações, tanto de plataformas de petróleo quanto de navios mercantes e militares”;

3.2- O professor de engenharia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Newton Pereira, defende que é possível fazer reciclagem segura e sustentável. Ele dá como exemplo Curaçao, no Caribe, que é um país de pequenas dimensões que vem realizando atividades de reciclagem de forma controlada;

3.3- São esperados, pelos menos, US\$ 85 bilhões de investimentos nos projetos de Descomissionamento, Desmantelamento e Reciclagem da Petrobras nos próximos anos;

3.4- O Subsecretário Adjunto de Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Felipe Pereira, acredita que o estado, com 24 estaleiros, de diferentes portes, dos quais 19 estão na Baía de Guanabara, está se preparando para enfrentar estes desafios. Ele acrescenta que o complexo portuário e industrial do Açú, no norte fluminense, se prepara para ter esta atividade, bem como o Estaleiro Eisa e o Estaleiro São José;

3.5- O gerente PMO da Modec Serviços de Petróleo do Brasil, Eng. Jime Braga, aponta na direção de nascimento de uma nova indústria para o país. Na atividade de desmantelamento, ocorrem produtos que não podem ser descartados em qualquer lugar, o que gera custos de transporte, especialmente os rejeitos radioativos. “Um dos problemas é que não foi previsto esse custo. Existe discussão de quem paga esse custo. Há que se chegar a um acordo”;

3.6- O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e OffShore (Sinaval) é a favor que o desmantelamento e a reciclagem sejam feitos fora de dique, como é feito no Mar do Norte;

3.7- E há uma grande expectativa por parte dos estaleiros de maior porte em torno da ocupação dos diques para a construção de navios petroleiros e gaseiros. “Esperamos aumento de encomendas de módulos, plataformas, navios de transporte de óleo e embarcações de apoio”, projeta Rocha, com base nas licitações em andamento para contratação;

4. Regulamento (UE) nº 1257/2013 do Parlamento Europeu foi sancionada em 20/11/2013 relativo à Reciclagem de Navios, alterando o Regulamento (CE) 1013/2006. O parque de desmantelamento sustentável da Europa tem limites e a CE admitiu que outros países podem se registrar no Regulamento Europeu, constituindo-se em um apoio forte às atividades.

5. NORM é a sigla para Naturally Occurring Radioactive Materials ou, em português, materiais radioativos de ocorrência natural. Necessita de regulamentações imediatas no Brasil;

6. Os seguintes conceitos, já estão definidos em Lei:

6.1 - Embarcação - qualquer construção, inclusive as plataformas flutuantes e, quando rebocadas, as fixas, sujeita a inscrição na autoridade marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas; e

6.2- Plataforma - instalação ou estrutura, fixa ou flutuante, destinada às atividades direta ou indiretamente relacionadas com a pesquisa, exploração e exploração dos recursos oriundos do leito das águas interiores e seu subsolo ou do mar, inclusive da plataforma continental e seu subsolo;

6.3 - A disseminação do coral-sol. O Ibama acompanha de perto a bioincrustação por parte de espécies invasivas. Novas tecnologias deverão ser aplicadas.

6.4- Os custos relacionados às atividades variam substancialmente de acordo com a localização e complexidade da instalação. Para o engenheiro Mauro Destri, em mercados maduros como o Mar do Norte, a infraestrutura consolidada e a vasta experiência adquirida ao longo do tempo ajudam a

mitigar os custos. Já no Brasil, a situação é diferente, pois cada projeto demanda soluções personalizadas, ajustadas para contextos específicos, ampliando a complexidade operacional e os desafios na gestão de riscos.

6.5- O arcabouço regulatório no Brasil, apesar do avanço no descomissionamento com normas como a Resolução ANP 817/2020, um avanço fantástico, definiu que o contratado deve dispor de um sistema de gestão de responsabilidade social e sustentabilidade aderente às práticas do mercado de O&G. Mas, ainda existem lacunas com a interpretação e aplicação de normas internacionais, e que geram incertezas jurídicas, que podem postergar operações e elevar custos. O alinhamento com as melhores práticas e a conformidade com regulamentações técnicas locais são fundamentais para o sucesso do descomissionamento, desmantelamento e reciclagem sustentáveis no país.

6.6- Economia Circular - A economia circular desempenha um papel importante, quando se trata do reaproveitamento de materiais e equipamentos, com a criação de um mercado de revitalização e reuso.

221003-ronald-carreteiro-edit.jpg O engenheiro Ronald Carreteiro é membro do Conselho do Estaleiro São José (Antigo Cassinu), CEO da Rona Assessoria e diretor da Sobena e da Abeemar. Carreteiro também é membro do Conselho Científico e Estratégico do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro, coordenador do GT do CEDEMAR/RJ sobre Descomissionamento e Desmantelamento Sustentável e membro do Conselho de Meio Ambiente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 21/10/2024*

## FERROPORT ESTÁ PERTO DE ALCANÇAR 25 MILHÕES DE TONELADAS EMBARCADAS EM 2024

*Por Danilo Oliveira Portos e logística 21/10/2024 - 20:35*



Terminal de minério de ferro triplicou exportações e embarcou mais de 160 milhões de toneladas, em 10 anos de operação. JV entre Anglo American e Prumo investiu mais de R\$ 500 milhões no período

A Ferroport projeta atingir, em breve, uma marca entre 24,5 milhões e 25 milhões de toneladas de minério embarcadas em 2024. A empresa, que completa 10 anos de operação esta semana, totaliza mais de 160 milhões de toneladas, desde o início das atividades. A joint venture da mineradora Anglo American e da brasileira Prumo Logística opera o terminal de minério de ferro do Porto do Açu, em São João da Barra, no norte fluminense. Em 2023, a Ferroport lançou um programa com objetivo de materializar seu planejamento estratégico para os próximos anos e se preparar para uma operação futura de 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

O 'Rumo aos 30!' vem planejando e executando iniciativas que visam a garantia da confiabilidade e eficiência das operações de forma sustentável, abrangendo desde a melhoria de processos, a modernização e otimização dos ativos, até a capacitação de colaboradores para garantir que os objetivos estratégicos do negócio sejam alcançados.

"O projeto [terminal da Ferroport] é desenhado para 26,5 milhões de toneladas. Este ano, vamos chegar perto de 24,5 a 25 milhões de toneladas. Em 2015, começamos com 8 milhões e, desde então, estamos no ramp up para, nos próximos anos, alcançarmos os 26,5 milhões", disse o CEO da Ferroport, Carsten Bosselmann, à Portos e Navios. Ele frisou que os cronogramas futuros dependem de decisões estratégicas do grupo e de seus acionistas.

Desde 2014, 1.200 navios já atracaram no terminal da Ferroport para embarques de minério, que, atualmente, têm como principais destinos China e Bahrein, no Golfo Pérsico, além de México, Estados Unidos, Índia e países da Europa e África. O primeiro navio carregado, o Key Light, de 80

mil toneladas, marcou à época o início da operação de todo o complexo portuário do Açú. O executivo disse que o calado atual de 18,5m permite a atracação dos navios padrão da frota da Anglo, classe capesize.

No ano passado, a Ferroport apresentou lucro líquido de R\$ 489 milhões, 3,4% acima do apurado em 2022. A companhia ampliou em mais de 60% os aportes para modernizar sua infraestrutura, com R\$ 125 milhões investidos em 2024, totalizando mais de R\$ 500 milhões ao longo de uma década de operação do terminal. A empresa iniciou recentemente a automação dos seus equipamentos de pátio, visando uma maior eficiência em suas operações com inovação e segurança.

Bosselmann destacou que a companhia vem implementando um programa de gestão de ativos, a fim de minimizar o risco de paradas não planejadas e aumentar a eficiência, com investimentos em tecnologias avançadas de monitoramento, treinamentos de segurança e na adoção de procedimentos operacionais mais rigorosos.

O minério exportado no terminal de minério é extraído pela Anglo American em sua mina em Conceição de Mato Dentro (MG). O produto é transportado por mineroduto de 529 quilômetros, pertencente à Anglo American, percorrendo 33 municípios até o Porto do Açú, onde passa por processo de filtragem no terminal da Ferroport e é estocado até ser exportado. Atualmente, a Ferroport gera cerca de 300 empregos diretos e 310 indiretos em São João da Barra e região, totalizando mais de 600 colaboradores.

Com base no inventário de emissões, a companhia elaborou um plano de descarbonização que inclui metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, com compromisso de reduzir em 75% as emissões de escopo 1 e 2 de seus processos. A Ferroport já consome energia elétrica 100% renovável gerada por usina eólica em suas operações. Por ano, são consumidos 37 mil megawatt/hora (MWh) de energia na operação da planta, o equivalente ao consumo de cerca de seis mil residências.

O CEO da empresa também destacou investimentos na gestão eficiente dos recursos hídricos, para que mais de 85% da água utilizada nos processos da companhia sejam provenientes de fontes alternativas de reuso. Bosselmann mencionou ainda o programa Aterro Zero, implementado para que nenhum resíduo gerado pela Ferroport a partir deste ano seja confinado em aterro sanitário, reduzindo impactos atrelados à geração e destinação dos resíduos.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 21/10/2024**

## SUPERBRAÇO VENCE LICITAÇÃO EM SANTOS PARA COMPRA DA CÁBREA PARÁ

*Por Lorena Parrilha Teixeira*



### **Indústria naval**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) oficializou, por meio do contrato APS/161.2024, a venda da cábrea 'Pará' para a empresa Superbraço Serviços Marítimos Ltda. A negociação foi realizada após um processo de licitação, no qual a Superbraço saiu vencedora.

A cábrea Pará, embarcação que anteriormente servia à APS, foi considerada inservível para o serviço público e, por isso, alienada. O valor total da venda foi fixado em R\$ 2.345.000,00. O contrato prevê um prazo de 90 dias para o pagamento integral do montante.

A embarcação será transferida para a Superbraço, empresa especializada em serviços marítimos, que agora poderá utilizar ou reaproveitar a cábrea Pará conforme suas necessidades operacionais.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 21/10/2024**



## PORTUÁRIOS BRASILEIROS ENTRAM EM GREVE DE 12 HORAS CONTRA MUDANÇAS NA LEI DOS PORTOS

Por Lorena Parrilha Teixeira *Portos e logística* 21/10/2024 - 19:14



Mobilização, marcada para esta terça-feira (22), protesta contra propostas de revisão legislativa que ameçam direitos trabalhistas e o futuro dos portos públicos

Trabalhadores portuários de todo o Brasil farão, nesta terça-feira (22), uma paralisação de 12 horas, das 7h às 19h, em protesto contra possíveis mudanças na Lei dos Portos. A greve, que afetará os 32 portos do país, é uma resposta à revisão da legislação do setor proposta por uma comissão de juristas nomeada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O principal ponto de contestação alegado pelos sindicalistas é a retirada de direitos trabalhistas dos portuários, especialmente dos trabalhadores avulsos, além da extinção do cais público no Porto de Santos (SP). A mobilização deverá atingir portos de todas as regiões do país, com expectativa de impactos na logística e no comércio exterior durante o período da paralisação. Apenas no complexo santista, a previsão é que cerca de 20 mil trabalhadores deverão cruzar os braços.

A paralisação tem como objetivo pressionar para que as propostas da comissão não avancem no Congresso Nacional. Carlos Augusto Müller, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (Conttmaf), e José Adilson Pereira, presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), destacaram que a revisão representa uma ameaça à dignidade e às condições de trabalho no setor portuário. Segundo os líderes sindicais, as alterações podem favorecer grandes operadores internacionais e comprometer a soberania do Brasil sobre seus portos.

Além dos sindicatos nacionais, a greve dos portuários brasileiros conta com o apoio da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes (ITF), que reúne 16,5 milhões de profissionais em mais de 150 países. A ITF, que está reunida no 46º Congresso em Marrakech, Marrocos, enviou uma mensagem de solidariedade, reforçando a importância da união global contra a flexibilização das condições de trabalho dos portuários.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 21/10/2024

## ANP APROVA ESTUDOS DE TRÊS NOVOS BLOCOS EXPLORATÓRIOS NO PRÉ-SAL

Da Redação *Offshore* 21/10/2024 - 22:15



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou, no dia 17 de outubro de 2024, estudos geológicos e econômicos de três blocos exploratórios no Pré-Sal da Bacia de Santos: Quartzo, Calcedônia e Opala. Esses estudos fazem parte do Projeto Opala, que integra o Calendário Estratégico de Avaliações Geológica e Econômica para o Polígono do Pré-Sal, lançado pela ANP no final de 2023.

Com área total de cerca de 3.900 km<sup>2</sup>, os blocos são considerados de alto potencial, com estimativas que apontam viabilidade técnica e financeira para exploração. Agora, os estudos serão encaminhados ao Ministério de Minas e Energia (MME), que avaliará sua inclusão em futuras rodadas de licitações de partilha de produção. Cabe ao MME propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) os blocos a serem licitados e os parâmetros dessas rodadas.



Para mais informações, acesse a página do Calendário Estratégico de Avaliações Geológica e Econômica no site da ANP.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 21/10/2024

## T-MULT REALIZA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM 'BIG BAGS'

Da Redação *Portos e logística* 21/10/2024 - 16:00



O Porto do Açu, localizado no norte do Rio de Janeiro, realizou, neste mês, a primeira exportação de café em big bags por meio do seu Terminal Multicargas (T-Mult). Ao todo, 15.520 toneladas de café das variedades arábica e conilon, provenientes de produtores do Sul e Leste de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, foram embarcadas para Hamburgo, na Alemanha. A operação foi realizada pelo operador logístico C. Steinweg Group.

Em 2023, o T-Mult movimentou 2,1 milhões de toneladas, um aumento de 33% em relação ao ano anterior. Operando 24 horas por dia e sem filas de espera, o terminal aposta em contratos flexíveis e soluções adaptadas para diferentes tipos de carga.

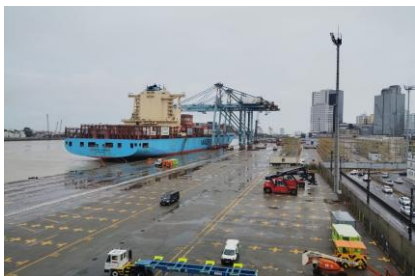
Até o final de 2024, o T-Mult terá 500 metros de cais com calado de 13,1 metros e capacidade para operar dois navios simultaneamente. A capacidade de movimentação anual alcançará 2,7 milhões de toneladas, com potencial de duplicar para cinco milhões de toneladas nos próximos anos, com a expansão da área de armazenagem.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 21/10/2024

## ARTIGO - UM PORTO RESILIENTE

Por Robert Grantham *Opinião* 21/10/2024 - 17:10



Após quase dois anos sem operação regular com contêineres, com o término da concessão da APM terminals, e o encerramento definitivo de suas atividades em Itajaí e um processo confuso e atabalhado de uma nova concessão temporária (enquanto o Governo Federal prepara a licitação definitiva para 35 anos, prorrogáveis), o grupo JBS, por sua subsidiária JBS Terminais anuncia a retomada de escalas no porto com a contratação inicial de três serviços regulares: “Carioca (MSC) para Ásia; SAT/WAFEX (Hapag Lloyd+Maersk) para África e Cabotagem (Norcoast)”. Enfim,

um sinal auspicioso para a cidade de Itajaí e todos os stakeholders, além do sistema portuário do sul e sudeste do país (responsável por mais de 80% da movimentação de containers do Brasil), tão pressionado por alta demanda e atrasos recorrentes de atracação.

Embora essa crise no porto de Itajaí, decorrente do vencimento da concessão da APM, tenha talvez sido a mais longa, custosa e dura para a sociedade, não foi nem a primeira, nem a única. Esse porto tem um histórico extraordinário de capacidade de resiliência, graças a uma relação muito forte da população, suas lideranças, entidades de classe e atores portuários (trabalhadores, portuários, agentes marítimos e de carga, despachantes etc.) com o “seu” porto.

O porto organizado de Itajaí remonta a 1966 quando o Governo Federal instituiu a “Junta Administrativa do Porto de Itajaí - JAPI” Nessa época a principal atividade do porto era a maciça exportação de Pinho do Paraná, que perdurou até meados da década de 1970, quando, por quase extinção das florestas de araucária essa pauta de exportação deixou de existir. Essa foi a primeira crise do porto. A seguir, graças as empresas processadoras de frango do Oeste Catarinense que começam a desenvolver a exportação de frango congelado, em navios convencionais, cuja primeira operação por um pool de empresas, chamado UNEF deu-se em 28 de julho de 1975, com um lote de 750 toneladas para a Arábia Saudita, abre-se um novo capítulo. Em paralelo, a exportação de

açúcar, com alguma pequena produção local e majoritariamente proveniente de São Paulo, surge uma nova pauta.

Em julho de 1975 foi criada a Portobrás e a JAPI transformou-se em Administração do Porto de Itajaí, diretamente subordinada à Estatal Federal, que em 15 de março de 1990 foi extinta pelo Governo Collor. Sem personalidade jurídica própria, a solução foi incorporar o porto à Companhia Docas de Santos – CODESP, a mais próxima estatal portuária federal. E mais uma crise instalava-se, já que o porto de Santos, com seu gigantismo e problemas de toda ordem, não tinha condição de gerir o então, ainda, pequeno, mas promissor porto de Itajaí.

A comunidade mais uma vez engajou-se e não aceitando essa esdrúxula subordinação, foi a Brasília atrás de uma solução. O então prefeito de Itajaí, Arnaldo Schmidt Jr propôs a delegação provisória da administração do porto ao município, provando ser perfeitamente legal e factível. Criou-se então a ADHOC (Administradora Hidroviária Docas Catarinense) em julho de 1995 pondo fim a mais uma crise. Na sequência, diante dos bons resultados verificados, em 1º de dezembro de 1997, foi assinado o convenio definitivo de delegação ao Município de Itajaí pelo prazo de 25 anos.

Na entrada do Século XXI, a Administração já com o nome de Superintendência do Porto de Itajaí lançou o edital de concorrência para a exploração do Terminal de Containers, a ocupar uma área total de 24 mil m<sup>2</sup> e com obrigação de construir mais 250m de cais. O contrato de concessão, com 22 anos de vigência entrou em vigor em janeiro de 2002, vencido pelo consorcio TECOVI que alguns anos mais tarde (2006) transferiu-o para a APM Terminals.

Transcorria o ano de 2008 quando em outubro desse ano uma das mais catastróficas enchentes da história abateu-se sobre o Vale do Itajaí. A força do rio foi tanta que simplesmente levou para o fundo dois berços de atracação do porto e assoreou o seu leito reduzindo em poucas horas o calado para menos de sete metros, levando ao fechamento da barra por longos dias. Era mais uma crise de proporções a impactar não só o porto, mas toda a economia da região. Em pouco tempo a sociedade articulou-se e conseguiu que o Governo Federal viesse em socorro, fazendo uma dragagem emergencial para restaurar a profundidade e lançando um edital para a reconstrução dos berços destruídos. Ao longo de 2009 as obras tiveram ritmo acelerado e o calado retornou aos valores pré enchente. A isso tudo se somou a crise global a partir da quebra do Banco Lehmann Brothers em setembro de 2008. Mesmo assim, ao final de 2009 o porto retomou o posto de 2º maior movimentador de containers do país, superando mais uma crise.

Uma enchente de menores proporções ocorreu em setembro de 2011, mas suficientemente forte para provocar o recalque do recém construído berço no 01 da APM Terminals, que ficou paralisado por 13 meses para obras de reestruturação e reforço, impactando na redução de capacidade de atracação do porto. Outra crise, superada pela iniciativa privada, nesse caso.

E assim, chega o porto à retomada de suas operações com containers em 2024, com a comunidade olhando esperançosa para a licitação definitiva com prazo de 35 anos, em que muitas obras de ampliação de retroáreas e ampliação da bacia de evolução são antevistas.

É preciso ter em mente, porém, que se trata de uma retomada com restrições, pois além de ser um arrendamento provisório, o terminal dispõe de apenas dois portêineres antigos herdados da APM Terminals, além de MHC's, sua retroárea ainda é limitada (a espera de expansão em áreas adjacentes já desapropriadas e vias urbanas a serem desafetadas), o acesso ao porto ainda conflita com o trânsito urbano (a via portuária ligando diretamente o porto à BR101 permanece inconclusa)



Enfim, com todos os desafios e percalços, é o porto de Itajaí sempre mostrando sua resiliência, em mais um capítulo de sua história.

**Robert Grantham é sócio da Solve Shipping Intelligence Specialists**

### ENSEADA RETOMA CONSTRUÇÃO COM 80 BARCAÇAS MINERALEIRAS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 21/10/2024 - 15:57



*Estaleiro do grupo Novonor assinou contrato com a LHG Mining, do grupo J&F, que prevê até 400 unidades a serem fabricadas em um total de 4 estaleiros nas regiões Norte e Nordeste*

O Estaleiro Enseada (BA) retomará as atividades de construção naval com o projeto de até 80 barcaças mineraleiras para a LHG Mining do grupo J&F. O escopo prevê unidades com capacidade de transportar 2.900 toneladas cada, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). O projeto será executado em parceria com a Tenenge, do mesmo grupo do estaleiro, e deverá gerar cerca de 300 novos empregos diretos e até 900 indiretos na região do Recôncavo Baiano.

A LHG Mining surgiu em 2022, com a aquisição de minas de ferro e manganês em Corumbá (MS) pelo grupo J&F. Em setembro, a empresa obteve aprovação de um financiamento de R\$ 3,7 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de 400 balsas e 15 empurradores destinados ao transporte hidroviário de minérios de ferro e manganês pelos rios Paraná e Paraguai.

A LHG prevê a construção de 400 barcaças mineraleiras a serem fabricadas em um total de quatro estaleiros brasileiros localizados nas regiões Norte e Nordeste, incluindo o Enseada. Portos e Navios apurou que as balsas estão previstas para construção nos estaleiros Eram e Juruá, no Amazonas, Rio Maguari (PA) e Enseada (BA). Já os empurradores devem ser construídos nos estaleiros Rio Maguari (PA), Wilson Sons (SP) e Detroit (SC).

O estaleiro do grupo Novonor destacou que o projeto fomentará a indústria naval brasileira, proporcionando uma grande geração de empregos e crescimento da economia local. O Enseada reiterou que, apesar do plano de recuperação (2021) abordar a possibilidade de uma venda de ativos, o foco da empresa no momento é na retomada das operações de construção naval e offshore. Para o grupo, essas atividades ganham um importante capítulo com a retomada da construção naval do estaleiro, com um grande contrato conquistado junto à LHG Mining e com o apoio da Tenenge.

O Enseada foi concebido para construção e integração de unidades offshore, como plataformas, navios especializados e unidades de perfuração. Até hoje, o ativo recebeu investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão, um dos maiores aportes privados na indústria naval do Brasil. O complexo industrial e logístico localizado em Maragojipe (BA) tem capacidade de processar mais de 100 mil toneladas de aço por ano e possui cerca de 1.000 metros de cais.

O Enseada possui autorização de terminal de uso privado (TUP), com área alfandegada de 750 mil m<sup>2</sup> realizando operações de exportação e importação de granéis sólidos (mineral e vegetal) e carga geral, além de atuar como indústria voltada para o mercado de energia renovável, com foco na construção de partes de aerogeradores e na atração de projetos de hidrogênio verde.

A Tenenge já participou da construção de 16 plantas químicas e petroquímicas, 18 usinas termelétricas, 73 plataformas e serviços offshore, além de 26 plantas de refino. Recentemente, a empresa que também pertence ao grupo Novonor finalizou projetos de usinas termelétricas no Brasil e na República Dominicana e está atuando nas obras do Terminal Oceânico de Barra do Dande e nas refinarias de Cabinda e Lobito, em Angola.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 21/10/2024**

### MSC ENCAMINHA COMPRA DO CONTROLE ACIONÁRIO DA WILSON SONS

Por Danilo Oliveira Portos e logística 21/10/2024 - 09:55



Grupo controlador concordou com venda de 56,47% da participação para subsidiária do armador, por R\$ 4,35 bilhões. Operação está sujeita à aprovação dos órgãos de controle

A Ocean Wilsons anunciou, nesta segunda-feira (21), que sua subsidiária integral, OW Overseas Investments Limited (OWOIL), concordou em vender sua participação de 56,47% na Wilson Sons para a SAS Shipping Agencies Services Sàrl (SAS), subsidiária integral da MSC (Mediterranean Shipping Company), por R\$ 4,352 bilhões. O montante é equivalente a R\$ 17,50 por ação. A operação compreende a alienação de 248.664.000 ações ordinárias de emissão da companhia.

A Ocean Wilsons espera que a operação seja concluída durante o segundo semestre de 2025. O fechamento da operação está condicionada ao recebimento das autorizações regulatórias aplicáveis entre a assinatura e o fechamento, incluindo os ritos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

O valor dos ativos brutos da Wilson Sons era de US\$ 1,126 bilhão, em 30 de junho de 2024. No exercício de 2023, o lucro após impostos atribuível aos ativos objeto da operação foi de US\$ 81 milhões.

Fundada em 1970 e sediada em Genebra, na Suíça, a MSC é de propriedade e administrada pela família Aponte. Hoje, o armador conta com uma frota de mais de 850 embarcações e uma equipe de mais de 200 mil funcionários. A SAS é, inter-alia, a acionista controladora da Log-In Logística Intermodal. Procurada, a MSC não comentou a operação até o fechamento desta reportagem.

Em comunicado ao mercado, a Wilson Sons reiterou compromisso com os melhores níveis de transparência e governança corporativa, e ressaltou que manterá seus acionistas e o mercado em geral informados acerca da ocorrência de qualquer ato ou fato relevante.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, acredita que a aquisição da Wilson Sons por uma subsidiária do grupo MSC e o anúncio, no final de setembro, da compra da Santos Brasil pelo grupo francês CMA CGM mostram que o Brasil se transformou um ponto de atração para investimentos internacionais. "O Brasil voltou a se conectar com o mundo e isto explica o crescimento que estamos tendo na movimentação portuária", manifestou Costa Filho em nota. O ministro citou que, de janeiro a agosto deste ano, houve acréscimo de 3,5% na movimentação de carga em relação a 2023. No segmento de contêineres, o crescimento neste período foi de 21% em relação ao mesmo período do ano passado.

A Solve Shipping verifica nesse movimento uma relação com os atuais gargalos do sistema portuário brasileiro, que está cada vez mais pressionado por oferta adicional de capacidade no segmento de contêineres. "Na prática, acredito que faz bastante sentido, diante da escassez de capacidade em muitos portos brasileiros. Parece mais um movimento de defesa do que de ataque, visando a oferta de melhores níveis de serviço aos embarcadores", comentou o sócio diretor da Solve, Leandro Carelli Barreto, à Portos e Navios.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 21/10/2024*



**MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com)**





# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 114/2024  
Página 57 de 57  
Data: 22/10/2024  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](https://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS  
Data: 22/10/2024